

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Antonio Augusto Nogueira Matias

AS GALERAS VIOLENTAS DE CLASSE MÉDIA

Belo Horizonte, 2003

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Antonio Augusto Nogueira Matias

Linha de pesquisa: Cultura Urbana e Modos de Vida

Professor Orientador: Dr. José Newton Garcia de Araújo

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Belo Horizonte, 2003

DEDICATÓRIA

Aos meus pais: Jairo e Terezinha.

À Aurilene e Ana Laura: motivos da minha paz

Ao João e Helenir.

Aos meus irmãos (Tetê, Jairinho,

Fernando, Neidma e Manoel).

Aos amigos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor José Newton Garcia de Araújo, pelo apoio e acompanhamento dessa dissertação.

À Professora Maria Elizabeth Marques pela sugestão de bibliografia e incentivo.

Aos professores e aos colegas do curso de Mestrado.

À Irmã Maria do Carmo de Albuquerque.

Aos colegas Cecília, Eliane, Frederico, Jacqueline, Jefferson, Joaquim, Íris, Paulo, Tarcísio, Irmãs Graça e Mariinha pelo trabalho social com a juventude.

Aos amigos Chico Hass (pela indicação do mestrado), Claísa, Eduardo, Ilze, Juninho, Martinha, Plínio e Wanda.

À Ana Paula pela gentileza em selecionar material jornalístico acerca da violência.

Sumário

RESUMO	07
ABSTRACT	08
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – Violência	15
1.1 – Teorias sobre a violência	18
1.2 A concepção dualista da violência	21
1.3 – Estudos sobre a violência juvenil.....	24
1.4 – Estudos realizados sobre a violência no Brasil	27
1.4.1 – Violência juvenil	28
1.5 – Violência urbana	32
1.6 - Visão sistemática da cidade	33
CAPÍTULO II – Juventude e identidade	37
2.1 – Discussão do termo juventude	37
2.2 - A construção da identidade	40
CAPÍTULO III - As galeras de classe média da Grande BH	
– Resultado da pesquisa.	45
3.1 - A formação das galeras em torno da ação violenta	46
3.2 - Os grupos e a formação de identidades.....	47
3.3 – O laço afetivo das galeras	49
3.4 – O lado sedutor das galeras	51
3.5 – A territorialidade como espaço geográfico e social.....	54
3.6 – A violência nas galeras	55
3.7 – A consciência do risco.....	56
3.8 – O poder e a liderança na galera	57
3.9 – Os focos de provocações e tensões entre as galeras	58
3.10 – Estimulantes da violência: maconha e álcool.....	61

CAPÍTULO IV – A violência entre os jovens como alternativa ao vazio político e existencial	63
4.1 – Comparação entre a identidade dos jovens dos anos 90 e 2000 e a identidade dos jovens dos anos 60.....	63
4.1.1 - Os anos 60	63
4.1.2 – Organizações juvenis dos anos 60 aos anos 90	64
4.1.3 – Anos 70 e 80 - Envolvimento dos jovens nos movimentos sociais e inserção na cultura de massa	65
4.1.4 – Dos anos 90 ao ano de 2003: Desmobilização da juventude	67
4.1.5 - A identidade dos jovens dos anos 60 e dos jovens dos anos 90 a 2000.	71
4.2 - Região moral	75
4.3 – Reflexão ética e moral	76
4.3.1 – Falta de limite e de utopia	77
 CONCLUSÃO	 80
 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	 82
 ANEXO	 87

Resumo

Este trabalho se propõe a investigar as “galeras” violentas de classe média, compostas por jovens que se encontram na faixa etária entre 14 e 21 anos. Para se conhecer a realidade desses grupos, realizou-se um trabalho de campo, com a finalidade de levantar dados sobre as representações e as experiências de violência que os envolvem. Foram entrevistados cinquenta jovens, individualmente e em grupos, além de algumas “galeras”, abordadas nos locais que freqüentam, tais como praças, boates e festas residenciais. A pesquisa teórica procurou centrar-se na temática específica sobre a violência juvenil, permitindo traçar um paralelo entre jovens da década de 60 e dos anos 90 até 2003, situando suas ações violentas a partir do contexto sócio-político no qual estão inseridos. A pesquisa mostra que a origem desses grupos se baseia, entre outros fatores, no vazio deixado pela ausência de princípios que fundam laços sociais éticos, além da falta de perspectivas para o futuro. Ficou também evidenciado que os grupos violentos constituem um espaço fértil de aglutinação de jovens, sustentando práticas marcadas por formas perversas de solidariedade e de regulação social e emocional.

Palavras chaves: “Galera” – “Violência” - “Juventude” – “classe média”.

Abstract

This study aims at investigating violent middle class “gangs” that are constituted of young people aged between 14 and 21. As to know these groups’ reality, field work was done seeking to collect data about violent representations and experiences which surround them.

Fifty youth were interviewed, both individually and in groups. Some “gangs”, at their favorite sites such as squares, discos and parties, were also interviewed. Theoretical research focused specifically on youth violence, allowing a comparison among young people from the sixties, the nineties and up to 2003. Their violent actions were situated according to their own socio-political context.

The research indicates that the origin of these groups is based, among other factors, not only on the emptiness left by the lack of principles that base socio-ethical links but also on the lack of future perspectives. It was also evidenced that violent groups are fertile ground for young people to get together, sustaining evil forms of solidarity and social and emotional regulation.

KEY WORDS: gangs, violence, youth, middle class.

INTRODUÇÃO

Atos violentos praticados por jovens de classe média e veiculados pela mídia, nos últimos anos, chamaram a atenção para uma nova categoria de jovens delinquentes que, até então, não havia sido descoberta pela imprensa. Alguns casos, como o dos jovens de Brasília que atearam fogo ao índio Pataxó que dormia em uma parada de ônibus, em 1997, o trote violento que tirou a vida de um jovem calouro de Medicina da USP, no ano de 1999, o assassinato brutal do casal Richtofen, planejado pela própria filha do casal e seu namorado em 2002, as brigas de gangues juvenis formadas por lutadores de arte marcial nas grandes cidades, jovens que disputam territórios e se espancam, algumas vezes até a morte, revelam como alguns jovens que desfrutam de uma condição social privilegiada também cometem crimes.

Ao se pesquisarem tais questões, entretanto, observa-se que é restrita a bibliografia que aborda e aprofunda esse tema. Segundo Waiselfisz, organizador do livro “Os jovens de Brasília”, que trata da violência na classe média,

o referencial bibliográfico demonstra ausência de estudos que tratem da violência relacionada às classes médias. As análises centram-se, fundamentalmente, em atos de violência relacionadas à exclusão social. O argumento da criminalidade, tanto do ponto de vista do crime organizado ligado ao narcotráfico, como o de violências consideradas difusas, gratuitas, são manifestações freqüentemente analisadas, porém tais análises localizam-se nos “territórios” ditos de pobreza (Waiselfisz, 1998: 152)

Há uma associação entre pobreza e violência, tanto por parte de teóricos que tratam do tema da violência, quanto pelo senso comum. Para Damacena e Arnaud

a associação entre pobreza e crime, na qual o crime é derivante da pobreza, não representa apenas uma tendência da sociologia, mas continua a fazer parte do enraizado senso comum, tanto da direita quanto da esquerda, seja para discriminar, criminalizar, seja para justificar e absolver, ou pelo menos mudar o centro da discussão (Damacena e Arnaud, 2001:14).

É compreensível que o senso comum faça essa associação, pois, nas classes menos favorecidas, os índices de violência são indiscutivelmente maiores. Além disso, suas vidas são mais expostas, principalmente pela mídia, que explora a miséria e a violência para atingir altos índices de audiência.

Por outro lado, a classe média tem a sua vida particular mais resguardada. Ela se protege dos escândalos que suas ações poderiam causar, evitando que tenham repercussão. Quando um fato relacionado à violência da classe média chega à mídia, porém, ele é muito explorado, devido à novidade do acontecimento. Quando os jovens de Brasília atearam fogo

ao índio Pataxó, o tema foi discutido por psicólogos, sociólogos, criminalistas e, de maneira indireta, envolveu toda a sociedade, que se posicionou frente ao acontecido. Em janeiro de 2003, um fato semelhante aconteceu em Goiânia: dois jovens moradores da periferia espancaram até a morte um índio, para roubar-lhe o dinheiro da aposentadoria. O crime contra o índio foi noticiado, mas não houve uma repercussão semelhante à do assassinato do índio Pataxó.

O que faz a diferença, nesses dois atos criminosos, é a condição social dos jovens. A transgressão de jovens que moram em morros e favelas parece não ser mais novidade; é até explicável, se for considerado apenas o seu nível social, a sua condição de carência crônica ou de miséria. A transgressão dos jovens de classe média torna-se surpreendente, mesmo que aconteça repetidas vezes, pois se espera dessa juventude um comportamento sempre ordeiro. Afinal, eles fazem parte de um segmento social que tem *status* econômico e cultural geralmente mais elevado, trajam-se com roupas de *grife*, ditam o estilo de vida, têm suas necessidades básicas supridas, estudam em bons colégios, freqüentam locais requintados, moram em apartamentos e casas luxuosas. É como se a violência não combinasse com esses jovens “bem aparentados”.

Nos últimos anos, muitos estudiosos já deixaram de associar a violência à pobreza, contribuindo para que se desfaça a representação equivocada de que só a pobreza gera a violência, enquanto a riqueza ou a boa situação social e econômica produzem ordem, progresso e “homens de bem”. Nessa classe social, a violência não aparece mais apenas como um “surto”, como algo surpreendente.

Os constantes casos de violência envolvendo jovens de classe média, a impunidade ou o “jeitinho” que os livra de responderem por seus atos criminosos, o cinismo com que descrevem seus atos violentos, foram os motivos principais que nos levaram a desenvolver o tema desta dissertação. É notória, além de preocupante, a banalização de tais fatos, no modo como esses jovens se referem a eles: aparentemente, tudo não passa de uma brincadeira, um trote ou um simples divertimento.

As causas das manifestações violentas, a identificação de sua natureza e de seus riscos compõem o objeto de estudo do presente trabalho. Seus atores são os moradores da Zona Sul de Belo Horizonte, na faixa etária de 14 a 21 anos, estudantes, cuja vida social está ligada, de forma afetiva e efetiva à Zona sul da cidade.

Pretendemos demonstrar que o ingresso dos jovens nos grupos violentos é ora uma resposta ao vazio de referenciais, típico da sociedade contemporânea, ora uma resposta à intolerância dos adultos que os consideram inexperientes, inseqüentes, sem maturidade ou

responsabilidade para participar de decisões referentes às questões sociais, políticas, econômicas e até àquelas que dizem respeito a eles próprios. Esses jovens não se sentem compreendidos e acolhidos pelos pais “nessa fase da vida em que estamos afirmando nossa identidade”. Por não serem mais crianças e ainda não se terem tornado adultos, vivem a angústia e as incertezas dessa transição. Esses jovens têm a necessidade de afirmar sua identidade e autonomia frente às instituições sociais, de se sentirem aceitos e de serem notados.

O trabalho de pesquisa evidenciou que a iniciação no grupo ocorre quando os jovens encontram outros que “pensam e agem do mesmo jeito” e recebem a atenção não encontrada em casa. No grupo, mesmo violento, são fortalecidos pelo apoio e aceitação dos outros membros, passam a ter “atitudes”, coragem de enfrentar certos problemas e pessoas, “aparecem” para as mulheres, provam a masculinidade, ganham *status*, são mais notados e têm respeito de outros jovens, conquistas que não seriam possíveis se estivessem isolados ou não fizessem parte de um grupo.

Verificamos também que as mulheres não fazem parte dos grupos violentos, mas influenciam os jovens e podem motivá-los para a briga. Muitas garotas admiram aqueles que se envolvem em confrontos violentos e sentem-se importantes quando são cortejadas e motivos de brigas. Mas há aquelas discretas que conseguem se relacionar com a galera violenta, pelo fato de se identificarem com alguém do grupo, apesar de não concordarem com a violência praticada por ele.

Quando um membro da galera tem um namoro duradouro com uma menina, ele pode se desvincular do grupo, uma vez que o relacionamento mais sério e dedicado faz com que ele se afaste das atividades que as galeras promovem, “que são exclusivamente para homens”.

A pesquisa revelou ainda que um dos problemas mais incisivos na fala dos jovens é a falta de acompanhamento sistemático dos familiares, o que indica que os pais não procuram saber com quem os filhos estão saindo, os lugares em que andam, as coisas de que gostam. Alguns jovens se ressentem de não terem os pais mais próximos, cobrando-lhes uma dada postura. Muitas vezes a liberdade que os pais dão é considerada pelos jovens como abandono e falta de interesse.

Os jovens pesquisados apresentam características peculiares, cultivam o porte atlético, freqüentam academias de musculação ou de arte marcial. Procuram estar nas boates da moda, transitam pelos barzinhos, estão sempre nas festas de aniversários e participam dos grandes eventos que reúnem a juventude, como shows de rock, carnaval fora de época, etc.

Metodologia

A pesquisa foi realizada, primeiramente, com cinquenta jovens de classe média, estudantes, com idade entre 14 e 18 anos pertencentes a diferentes galeras, que responderam por escrito a um questionário com perguntas abertas. Foi dada aos entrevistados a possibilidade de comentar sobre as respostas e justificar os seus depoimentos.

Para elaborar esse questionário, realizamos duas entrevistas. A primeira, com um ex-superintendente da Polícia Civil de Belo Horizonte, que relatou fatos da violência na cidade e forneceu dados específicos sobre a classe média. A segunda, com um jovem de 21 anos, universitário, ex-integrante de galera violenta, que narrou suas experiências, seu envolvimento em brigas, o consumo de drogas, a detenção policial que sofreu, o relacionamento familiar. Esse jovem forneceu ainda dados relativos aos territórios onde as galeras violentas se reúnem e costumam brigar, à distribuição de drogas e à facilidade de consegui-las.

O questionário aborda questões sobre a formação das galeras, sobre o número de componentes, o consumo de drogas, a disputa de poder entre os membros, os territórios que ocupam, as causas das brigas entre os grupos e o relacionamento entre homens e mulheres nas galeras.

Esse questionário, aplicado aos cinquenta jovens, serviu como base para as entrevistas realizadas com cinco grupos violentos de jovens de classe média, com idade entre 14 e 21 anos. A técnica utilizada foi do Grupo Focal, que permitiu um confronto das idéias dos jovens e de suas experiências acerca da violência. Entendemos grupo focal “como uma determinada técnica de entrevista, direcionada a um grupo selecionado pelo pesquisador, a partir de determinadas características identitárias, visando obter informações qualitativas” (Minayo, 1999: 230). Trata-se de uma técnica de entrevista com um foco de interesses sobre o qual se desenvolverá a conversa, tendo como apoio um roteiro temático semi-estruturado. Para tanto, é necessário que haja uma seleção daqueles que serão entrevistados.

A seleção dos grupos obedeceu a critérios pré-determinados. Os jovens deveriam: pertencer à classe média, adotar práticas associadas a atos violentos, como brigas de ruas, desacato a autoridades; estudar em escolas privadas; ser moradores da Zona Sul de Belo Horizonte; praticar algum tipo de arte marcial e/ou ser freqüentadores de academias de musculação. A aproximação desses grupos foi feita através um mediador. Primeiramente, foi feito um contato pessoal com um dos jovens de cada galera, para explicar o objetivo do trabalho e dar garantia de anonimato. Essa mediação gerou confiança e abertura para que as entrevistas fossem realizadas. Elas foram gravadas e transcritas.

Como apoio para as entrevistas do grupo focal, fez-se também uma observação dos lugares que os grupos pesquisados costumam frequentar.

Foi possível, assim, com essa metodologia captar o conjunto das representações dos jovens acerca da violência, a compreensão dos valores e dos códigos dos grupos, seus modelos explicativos da realidade social e de suas próprias experiências.

Outras entrevistas foram feitas com representantes do Conselho Tutelar do Menor, do Juizado da Infância e da Adolescência e da Polícia Militar (22º batalhão). Os seus depoimentos nos deram a perspectiva de sua atuação profissional junto a esses grupos.

O trabalho de campo foi concluído a partir do momento em que as respostas das entrevistas individuais e de grupo foram se repetindo, se confirmando. Alguns depoimentos discrepantes do conjunto das entrevistas, considerados pouco relevantes, foram desprezados.

Juntamente com a pesquisa de campo, nossa investigação teórica se centrou em quatro autores que tratam especificamente da violência juvenil. Dois deles, Zaluar (1994) e Diógenes (1998), tratam da violência praticada por jovens moradores das periferias pobres. Os outros dois, Waiselfisz (1998) e Minayo (1999), abordam o tema da violência juvenil entre os jovens das diferentes classes sociais, dando mais ênfase, no entanto, à violência cometida pelos jovens de classe média.

Em princípio, acreditávamos que os grupos pesquisados tinham características semelhantes às de uma gangue, no sentido de um grupo que tem uma estrutura organizada, uma liderança constituída, objetivos “criminosos”, e seus membros vivem em função do grupo. No entanto, considerando os estudos de Zaluar (1997), Jankowski (1997) e Diógenes(1998), que tratam da definição de galera e gangue, e com base nos dados obtidos com a pesquisa empírica, o conceito de gangue não seria o melhor para definir os grupos pesquisados.

Para Zaluar (1997), as praticas ilícitas dos jovens das galeras são transitórias e intermitentes, mais próximas da “deriva”, e não são assumidas e consideradas como um meio de vida. Segundo Jankowski (1997), as gangues, originalmente, estão relacionadas a grupos violentos e organizados, próprios das periferias pobres, inicialmente das cidades norte-americanas. Do ponto de vista de Diógenes (1998), as galeras estão relacionadas aos movimentos culturais que têm a dança, a música, o esporte ou as artes gráficas como campo mais marcante. As gangues se expressam de maneira mais restrita, através de práticas coletivas de violência. .

Portanto, os grupos pesquisados foram definidos como galeras violentas, por serem grupos que agem com violência, cometem atos contra a lei, provocam desordem, em muitos

casos causam danos físicos e morais, mas não têm nas suas ações violentas um meio de vida e não querem tirar vantagens econômicas delas.

Um dos fatores que contribui para a formação das galeras violentas é a impunidade. Os jovens não têm limites e não são punidos pelos atos violentos que cometem contra terceiros. Eles se acostumam com suas ações e servem, ao mesmo tempo, como exemplo, “uma porta aberta”, para outros jovens ingressarem em seus grupos. Os jovens de classe média normalmente não têm suas ações violentas punidas, quando são flagrados. Isso acontece pela interferência de familiares influentes, juntos aos órgãos do poder público, amenizando ou eliminando a pena dos delitos cometidos.

Apesar dos males que a violência traz para esses jovens, a pesquisa revelou a dimensão agregadora das galeras violentas. Nossa hipótese, nesse caso, consiste em afirmar que nessas galeras são criados laços de uma solidariedade perversa que, restrita aos interesses do grupo, possibilitam uma regulação social e psíquica para os seus membros.

Esta dissertação é composta de quatro capítulos. No primeiro, formulamos uma definição de “classe média”, considerando o senso comum, a influência da mídia e a perspectiva sociológica; fizemos uma discussão do tema da violência, a partir de autores clássicos, dos estudos da Escola de Chicago e das discussões realizadas por teóricos atuais como Waiselfisz (2000), Zaluar (1994) e Diógenes (1998), que tratam especificamente de grupos de jovens envolvidos com a violência. No segundo capítulo, foi trabalhado preliminarmente o termo juventude, seguido do estudo da “construção” das identidades. No terceiro capítulo, apresentamos os resultados das pesquisas, evidenciando a formação dessas galeras e as suas práticas violentas. No quarto capítulo, relacionamos as galeras violentas de classe média ao conceito de “regiões morais”, formulado por Park (1987); traçamos um paralelo entre as identidades dos jovens da década de 60 com os jovens dos anos 90 até 2003. Nessas análises, interrogamo-nos ainda sobre a importância dos valores éticos e morais na formação dos jovens.

CAPÍTULO I – Violência

Como esta dissertação trata da violência juvenil, especificamente a de classe média, é necessário, antes de abordar o tema violência, esclarecer o que se entende por classe social, tendo como referência a diversidade de conceitos existentes.

Classe média é uma expressão utilizada pelo senso comum, por pesquisadores e, principalmente, pela mídia, ao se referirem a uma categoria social que se destaca pela profissão, os locais que frequenta, o *status* que conquistou, o bairro onde reside, o nível cultural, a renda, etc.

Antes de evocar os autores que tratam do tema, lembramos os meios de comunicação que utilizam o termo classe média como um conceito já apropriado pela linguagem comum, o que ajuda a consolidar o seu uso. Vejamos alguns exemplos:

A Folha de São Paulo publicou em 2000 uma entrevista com o antropólogo Gilberto Velho, sobre o seguinte título: “Crise de valores leva a classe média ao crime”. O entrevistado relata três casos de violência e define aqueles que os praticam como sendo membros integrantes da classe média, levando em consideração que os crimes têm em comum o fato de terem sido cometidos por jovens de uma classe favorecida. O primeiro caso era de um garoto de 17 anos, educado em tradicional colégio alemão, assassinado, com mais cinco jovens, num morro da Zona Sul, para onde se mudara, a fim de traficar drogas. O segundo caso era o de um jovem de 25 anos, preso por participar de um bando especializado em assaltar apartamentos em vários Estados. O jovem era filho do dono de uma agência de turismo e câmbio, no Rio. O último caso envolve um conhecido lutador de jiu-jitsu, de 25 anos, que foi apontado como pivô de uma briga numa casa noturna de classe média-alta. A revista “Época” de 9/12/2002, por sua vez, relatou o assassinato do casal Richtofen pela filha Suzane e o namorado. A família morava, em um bairro de classe média na Zona Sul de São Paulo. O pai de Suzane era engenheiro e a mãe médica psiquiatra.

O jornal “Correio Braziliense”, no artigo “Juventude ameaçada”, que trata dos diferentes atos de violência cometidos pelos jovens brasileiros, faz a seguinte consideração:

por que jovens de classe média que, a princípio, sempre tiveram família e boa educação, tornam-se tão violentos a ponto de matar uma pessoa? Será que Brasília tem características que colaboram para o surgimento de uma juventude arrogante, preconceituosa e violenta (Correio Braziliense, 27/10/2002).

O artigo “O novo mapa do crime”, publicado no jornal Estado de Minas, de 14/10/2002, chama a atenção para a “delinqüência que transita nos bares badalados, vive nos

condomínios fechados, estuda nos colégios da moda e não se priva de regulares viagens aos “points” da Flórida”.

Entre os estudiosos do tema, diferentes autores expressam sua dificuldade de definir o que seja classe média, devido às várias significações que o termo pode ter, dando margem a uma compreensão ampla e, às vezes, confusa. Minayo (1999), na pesquisa que realizou sobre a violência dos jovens, no Rio de Janeiro, classificou os grupos pesquisados segundo o poder aquisitivo de seus moradores. Optou por escolher um bairro da zona sul e um bairro da zona norte ou zona oeste, “respeitando a tradicional visão popular que divide zona sul, em relação aos subúrbios cariocas”. Segundo a autora, essa divisão não implica que nos bairros de baixo poder aquisitivo não sejam encontrados grupos de jovens de classe média e que nos bairros de alto poder aquisitivo não encontremos jovens de classe popular.

Por melhor que tivesse sido a programação para a distinção dos grupos entrevistados, apenas se pode confirmar o pertencimento dos jovens a determinados estratos, durante o trabalho de campo (Minayo,1999:26).

Camacho, ao referir-se à classe média, na sua análise sobre a violência entre jovens, utiliza o termo no plural: classes médias. A autora, ao tratar a classe social em análise, cita Francisco de Oliveira, que se “refere metaforicamente às classes médias como a cabeça da Medusa, porque, assim como desta nascem mil serpentes, também na sociedade surgem classes médias com formas, expressões, ramificações e aparências multiplicadas e diferenciadas” (Camacho,2001:6).

Guareschi acredita que a maioria das pessoas tem uma noção de classe média bastante vaga, uma vez que combina elementos de estilo de vida, padrões materiais de vida e condições especiais de emprego. Para o autor, “a classe média seria algo como um lugar na estrutura de classe que não fosse nem parte da classe dominante, nem parte da classe subordinada, nem capitalistas, nem simples trabalhadores” (Guareschi, 1995:69).

Segundo Outhwaite e Bottomore, a expressão classe média, no século XX, se refere a “profissões de colarinho branco”. Estas incluem desde os profissionais liberais, como médicos, contadores, advogados, acadêmicos e assim por diante. Às vezes classe média é interpretada como se referindo a todos aqueles envolvidos com trabalhos não manuais (Outhwaite e Bottomore, 1996:94).

A dificuldade de se definir “classe média” está relacionada à própria dificuldade de se entender a divisão da sociedade em classes ou em grupos hierarquizados. Para Prado, sempre houve na sociologia uma preocupação em entender a organização da sociedade em classes.

Segundo a autora, pode-se afirmar que há três linhas teóricas nas análises de classe: a marxista, a weberiana e a funcionalista. A linha marxista, baseada essencialmente na relação econômica de exploração, gera a formação de duas classes: a do explorador (capitalista) e a do explorado (operário) (Prado 2002:197). Essa concepção, segundo Cavalli (1986:175) é considerada dicotômica, por refletir uma sociedade dividida entre duas classes contrapostas ou antagônicas.

A segunda teoria é a weberiana, que considera a noção de classe como determinante de resultados individuais, no mercado de trocas. A posição social do indivíduo no mercado é que possibilita as recompensas diferenciadas. Guareschi (1995) considera a seguinte afirmação de Weber como sendo básica na definição de classe:

Nós falamos em “classe” quando um determinado número de pessoas possui em comum um componente causal específico para suas oportunidades de vida, desde que esse componente seja representado sob as condições de mercadoria ou mercado de trabalho (...) A conotação genérica do conceito de classe é sempre essa: que tipo de chance no mercado torna-se o momento decisivo que apresenta condição comum para o destino do indivíduo. “Situação de classe”, nesse sentido é fundamentalmente “situação de mercado” (Guareschi, *apud* Weber, 1995: 37)

Para Guareschi (1995), Weber define três classes fundamentais, no sistema capitalista: os capitalistas possuidores dos meios de produção, os trabalhadores donos do próprio trabalho e a classe média, que possui capacitações e cujos membros são qualificados. Segundo Guareschi (1995), enquanto os marxistas enfatizam as relações de produção, os weberianos enfatizam as relações de mercado. O que há em comum nos dois autores é que ambos adotam um enfoque relacional, com respeito às classes.

A terceira linha teórica é a funcionalista, que não considera a relação entre classes. Trata da estrutura social como um *continuum* de posições, de estratos, em que as recompensas se relacionam à possibilidade de realização, ao *achievement*, vale dizer, ao mérito (Prado, 2002: 197).

A concepção de Prado assemelha-se à de Cavalli (1986), que também descreve três possíveis categorias dentro das quais é possível distinguir as diferentes imagens da estrutura de classes: “concepção dicotômica”, que reflete uma sociedade claramente dividida entre duas classes opostas; o “esquema de graduação”, que reflete uma imagem cujas várias posições sociais estão ordenadas segundo o grau de participação na distribuição de elementos ou valores comuns, e a “concepção funcional”, que reflete uma imagem integrada da sociedade, em que as várias classes só se distinguem pelo modo diverso como contribuem para a vida da sociedade e para o seu progresso (Cavalli, 1986:175).

Diante das linhas teóricas que tratam das classes sociais, os pesquisadores que utilizam o conceito de classe média têm que optar por uma definição de classe média à qual estejam identificados e que expresse a realidade do objeto de pesquisa em questão.

Sabendo das diferentes concepções teóricas e da imprecisão do termo classe média, optamos, neste estudo, por compreendê-la como um grupo que possui características comuns, tais como: a ocupação profissional ligada a um trabalho não manual, que pode ser assalariado ou não, o nível de escolaridade, a renda familiar, o bairro residencial, o capital cultural que seus membros adquirem com o estudo de outras línguas e com as viagens, o acesso ao lazer, como teatros, cinemas, shows etc. Esta definição aproxima-se mais da teoria weberiana, na medida em que evidencia o trabalho não manual como característica da classe média e a apresenta como uma posição relacional de destaque na sociedade (*status* social), devido à sua melhor capacitação profissional e qualificação para disputar o mercado.

1.1 - Teorias sobre a violência

A violência é um tema debatido pelas diferentes ciências humanas. Podemos tratá-la a partir de uma visão da ciência política, da sociologia, da economia, da psicologia. A própria diversidade de estudos acerca das manifestações violentas mostra a complexidade desse assunto. Quando nos referimos à violência, o que temos como ponto de referência? A violência subjetiva de alguém que se anula e resolve tirar sua própria vida? A violência familiar de pais agressores? A violência sexual cometida contra crianças e adolescentes indefesos(as)? A violência dos jovens moradores das periferias pobres ou dos jovens de classe média? A violência das gangues e quadrilhas pela disputa do rendoso mercado de drogas? A violência política que leva ao confronto dos poderosos em busca do poder? A violência legítima que permite ao Estado utilizar-se da coação física?

Diferentes autores que tratam do tema parecem não chegar a um ponto de convergência sobre o conceito. “Não existe uma definição consensual ou incontroversa da violência. O termo é potente demais para que isso seja possível.” (Outhwaite e Bottomore, 1996: 803).

Poderíamos evocar aqui algumas teorias clássicas ou recentes, relativas à natureza primitiva e a-social do homem. Araújo (1994) lembra o conceito de “violência fundamental” de Bergeret (1984), que se refere à violência como uma energia primitiva indiferenciada que fornece a cada indivíduo os elementos básicos para a sua “luta pela vida”, uma luta que, tanto no plano da natureza quanto no plano das relações sociais, conserva a versão biológica expressa na máxima “ou ele ou eu”. Araújo (2000) lembra também autores como Hobbes e

Freud, cujas teorias se referem ao homem como “lobo do homem” ou como um ser cuja natureza pulsional carrega forte potencial destrutivo. Araújo comenta que, em “Sobre o Cidadão”, Hobbes afirma com vigor a idéias do *homo homini lupus*. Ele escreve:

Mas a causa mais comum que leva os homens ao desejo de se ofender e se prejudicar uns aos outros é que muitos deles buscam ao mesmo tempo uma mesma coisa. Acontece muito freqüentemente que eles não podem possuir tal coisa em comum e que ela não pode ser dividida (Hobbes, 1982:96).

No *Leviatã*, Hobbes descartara a idéia natural de altruísmo, pois natural seria o egoísmo, inclinação geral do gênero humano: “Assinalo assim, em primeiro lugar, como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder que cessa apenas com a morte” (Hobbes, 1979:60).

De Freud, vamos reter, entre inúmeros textos que falam da tendência à agressividade e à destrutividade, inerentes ao psiquismo humano, apenas um fragmento de seu famoso texto “O mal-estar na civilização”:

(...) é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante em potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus*” (Freud, 1974: 133).

Nessa linha de argumentação, Araújo (2002) aponta a fragilidade teórica e ideológica, de um lado, de todos os discursos de cunho moral, religioso ou educativo que propõe abolir progressivamente essa destrutividade natural do homem, de outro lado, a fragilidade das utopias de direita e de esquerda que prometeram instaurar a paz e a igualdade social às custas de uma outra violência, como a dos Estados totalitários.

Mas se pretendemos trabalhar o tema da violência a partir de suas determinações sócio-histórica, temos que levar em consideração não apenas a sua dimensão de *naturalidade e irracionalidade*, levantadas, por exemplo, por Hobbes, Freud ou Bergeret, mas principalmente o contexto (espaço e tempo) no qual ocorrem os fenômenos que se pretende estudar, bem como os atores neles envolvidos – no caso, a violência dos jovens de classe média. É neste sentido que vamos desenvolver a temática em questão, nas considerações que se seguem.

A noção de violência é, por princípio, ambígua. Não existe uma violência, mas multiplicidade de manifestações, de atos de violência, cujas significações devem ser

analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro (Waiselfisz, 1998: 145).

A violência manifesta-se em todas as épocas e em diferentes sociedades. “Ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenha sempre nas atividades humanas” (Arendt, 1985:6).

Atos violentos acontecem nas relações microssociais - família, escola, vizinhança - e estendem-se às relações macrossociais: conflitos internacionais, étnicos, políticos, econômicos, de classe etc. Servem a tiranos e a democratas. Há autores que aliam a violência ao poder, como Marx. Já outros, como Arendt, mostram a oposição entre poder e violência e a impossibilidade da relação racional entre ambos. Outhwaite e Bottomore (1996:6), consideram a violência como algo além do contato físico. Para ele, a violência moderna está “mecanizada e industrializada”. Basta que alguém aperte um botão à distância e acione uma arma mortífera para destruir uma cidade, causar mortes, despertar a dor. Mata-se quem está do outro lado, sem que seja travada uma luta pessoal e sem que se saiba quem são as vítimas. Uma pessoa recebe uma ordem e cumpre uma tarefa, sem se importar se sua ação poderá atingir vítimas inocentes. Aquele que ordena um ataque militar, faz isso considerando razões de segurança, de soberania ou de suposta prevenção. Por obediência, o subordinado sente-se isento de qualquer culpa, uma vez que cumpre uma ordem.

Foi perguntado a um militar americano, que estava na guerra EUA x Iraque porque estava combatendo os iraquianos. Ele simplesmente respondeu que “estava cumprindo ordens”. Ninguém, por princípio moral, porém, está obrigado a cumprir uma ordem que considera injusta.

Segundo Waiselfisz (2000), existe um alargamento do conceito de violência que se acrescenta a uma lista de itens costumeiramente pesquisados. O que antes era considerado práticas cotidianas das relações sociais passou a ser considerado práticas violentas, como os casos da violência intrafamiliar, contra a mulher ou as crianças, violência simbólica contra grupos, categorias sociais ou etnias, situações de humilhação, exclusão, ameaça, desrespeito às diferenças.

A ação violenta pode ser uma atitude tomada por justa causa e pode estar impregnada de injustiça. Por exemplo, a violência utilizada por uma pequena comunidade que pune justamente um jovem delinqüente, encarcerando-o por um tempo, separando-o do convívio dos demais, não pode ser comparada ao isolamento de um jovem mantido em cárcere privado por seqüestradores que buscam apenas extorquir dinheiro. A reação de um país que utiliza meios violentos para defender sua soberania não pode ser igualada à de um país colonizador.

A ação de um jovem que, para defender sua vida, luta contra seu agressor é diferente da ação do jovem que, por motivos banais, como mostrar-se mais forte, despertar a atenção de garotas, auto-afirmar-se, envolve-se em brigas de ruas e em pequenos atos de delinquência.

1.2 – A concepção dualista da violência

A ação violenta só poderá ser analisada a partir do contexto no qual acontece. Sem essa perspectiva não é possível abordá-la. A violência segundo o “Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa”, por exemplo, é expressa como: “qualidade de violento; ato violento, ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força” (FERREIRA, 1986).

Marx, Arendt e Weber, mesmo tendo pontos de vista diferentes, forneceram reflexões incisivas sobre violência a partir de realidades concretas e influenciaram o pensamento das ciências sociais na busca de compreensão acerca do conceito.

O “Dicionário do Pensamento Marxista” define a violência como uma ação em que o uso da força provoca uma coerção física e moral sobre o indivíduo.

Por violência, entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja violência, é preciso que a intervenção física seja voluntária (...) A intervenção física, na qual a violência consiste por finalidade destruir, ofender e coagir (...). A violência pode ser direta e indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra (...) ou através da destruição, da danificação ou da subtração dos recursos materiais. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: uma modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou do grupo que é alvo da ação violenta. (Bottomore, 1988:1291).

Arendt traça um paralelo entre violência e poder, força e vigor. Poder é a capacidade que os homens têm de agirem em grupo; refere-se à propriedade de um grupo, jamais de um indivíduo. O grupo dá credibilidade, segurança àqueles que, estando no poder, sentem-se inseguros. Pelo poder, o indivíduo sai da sua individualidade e passa a pertencer a um grupo. Vigor é a qualidade inerente a uma pessoa. A noção de força serve para designar as forças da natureza, embora muitas vezes seja sinônimo de violência. E a violência é definida pelo seu caráter instrumental. Para Arendt, “nada é mais comum do que a combinação entre violência e poder”. Mesmo que a violência muitas vezes esteja a serviço do poder, os dois são fenômenos distintos. (Arendt, 1985:26). Arendt, tratando do tema, dialoga com Hegel e Marx. Segundo a autora, para ambos, violência e poder, mesmo considerados opostos, complementam-se.

A grande confiança de Hegel e Marx no “poder da negação” dialética - em virtude da qual os opostos não se destroem, mas desenvolvem-se suavemente, transformando-se um no outro, pois as contradições promovem o desenvolvimento ao invés de paralisá-lo – assenta-se em um preconceito filosófico muito mais antigo: o de que o mal não é mais do que o *modus* privativo do bem” (Arendt,1985:31).

Segundo a dialética da negação hegeliana, os opostos, sem estarem relacionados, negam-se um ao outro, no seu estado puro, mas, relacionando-se, podem fazer parte de uma unidade. Isso quer dizer que o poder se utiliza da violência entendida como uma força física, para se manter e manter a ordem. Por outro lado, a violência pode ser utilizada como forma destruidora do poder. Arendt não concorda que a violência possa construir o poder, mas, ao contrário, acredita que possa destruí-lo. Para ela, o poder é a habilidade humana de agir de comum acordo, é propriedade de um grupo e este mantém-se enquanto estiver coeso. A violência é falta de consenso, a perda do poder. Damacena e Arnaud (2001:10) acreditam que a “ótica de Arendt abre perspectivas de compreensão que vão além do poder político e do governo, e permite que se repensem as relações violentas em sentido mais amplo”.

No entanto, Arendt (1985), admite, em algumas circunstâncias, que a violência é compreensível. Ela pode ser justificada quando, por exemplo, o direito, a justiça, a dignidade são ultrajados, gerando o ódio que deflagra uma reação que se utiliza da violência. A ação violenta talvez seja o único remédio em algumas situações extremas.

Segundo Damacena e Arnaud,

percebe-se que a violência deve ser analisada no funcionamento das relações humanas, sociais e políticas e no espaço que ela conquista ou perde nessa dinâmica; analisando-a, devem-se tentar colher os motivos e os objetivos do uso da violência, bem como o sentido da relação violenta (Damacena e Arnaud, 2001:10).

Weber utiliza a noção de legitimidade, quando se refere à violência praticada pelo Estado, que exerce seu poder através da coação física. “Somente se pode definir sociologicamente o Estado moderno por um meio específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: o da coação física.

Todo Estado fundamenta-se na coação”, disse Trotski, em Brest-Litovsk. Isto é de fato. Se existissem apenas complexos sociais que desconhecessem o meio de coação teria sido dispensado o conceito de “Estado”; ter-se-ia produzido aquilo a que caberia o nome de “anarquismo”, nesse sentido específico do texto.(Weber, 1999:525)

Damacena e Arnaud tratando do Estado Contemporâneo, reforçam a posição de Weber:

Toda associação política tem uma forma de coação; todo poder tem-se associado à violência como um modo de impor sua vontade. O que é singular no Estado contemporâneo é que reclama para si, com êxito, o monopólio da coação física legítima (Damacena e Arnaud 2001:11).

Araújo (1999) se refere às observações de Freud que, em dois de seus textos “sociológicos”, respectivamente “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915) e “Por que a guerra?” (1932) também coloca em relevo a violência que o Estado reserva a si. Segundo Araújo, “Freud vê a lei – que é a força da comunidade – investida de violência, pois ela se volta contra o indivíduo que se opõe a seus princípios. Em “Reflexões...” a análise da função reguladora (mas sempre violenta) do Estado é mais densa ainda. Para resumir:

o Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja abolir tal prática, mas porque deseja monopolizá-la; ele se permite todos os atos de violência que desgraçariam os indivíduos; ele exige, mas sem contrapartida, o grau máximo de obediência e sacrifício de seus cidadãos. (Araújo, 1999: 10).

Para Diógenes (1998), as teorizações marxistas e weberianas, mesmo tendo enfoques diferenciados, de modo geral projetam a violência como sendo um instrumento eficaz. No pensamento de Arendt, a violência também é instrumental, mas, contrapondo-se à teoria marxista, Arendt não relaciona a violência ao poder e nem à sua manutenção, e de modo diverso da concepção weberiana, não reconhece legitimidade na ação violenta. Para Arendt, a violência é imprópria ao comportamento humano, uma ação marginal que irrompe da ordem constituída.

Os estudos clássicos que tocam direta ou indiretamente na temática da violência estruturam-se em dois níveis: 1 - Atribuem à violência um valor instrumental, acoplando-a à dimensão de poder/ dominação/ classe, sendo analisada como epifenômeno. 2- Embora se destaque a violência como campo diferenciado do poder por sofrer esse “isolamento” sob o signo da idéia de marginalidade/desvio, ela passa a ser entendida como acontecimento que ocorre fora das relações travadas no corpo social. (...) É dentro dessa estrutura contrastiva que a violência se institui como eficácia instrumental e/ou como forma de ocorrência projetada do “lado de lá” da ordem, do estado, de equilíbrio, e de integração social (Diógenes, 1998: 81).

As teorias de Marx, Weber e Arendt acerca da violência apresentam uma compreensão dualista do termo: a violência é um instrumento eficaz, válido, legítimo, ligado ao poder, promotor da ordem. E é também uma ação marginal, que acontece à revelia da relação social, gerando desordem, provocando o caos. Mesmo que cause espanto, aceitamos quando o poder policial age violentamente para resolver um conflito, defendendo a população de indivíduos que perturbem a ordem. Raras vezes questionamos esse procedimento. E o próprio poder político-ideológico não se questiona em relação à repressão e à violência das

quais se utiliza, mesmo causando vítimas (Oliven, 1989: 14). De alguma forma o nosso senso comum aprova essa dualidade. Mas, segundo Diógenes (1998) essa dualidade parece ruir.

Verifica-se atualmente que a violência parece romper as barreiras “dualistas” e “contrastivas” e se apresenta ali, lado a lado com a ordem, em relações cotidianas que pareciam até então isoladas ou abafar esse incômodo outro (...) Toda sociedade queixa-se de uma difusão de práticas da violência que vai dessacralizando dualidades; os morros “descem”, as torcidas de futebol reúnem setores populares e de classe média, as polícias tornam-se atores de destaque da dinâmica da violência, turmas de jovens de classe média, playboys, gangues da periferia protagonizam as experiências de violência juvenil. A violência parece romper fronteiras, ultrapassa os “limites da alfândega” e parece alardear que as dualidades estão para ruir (Diógenes,1998:87).

Na mesma linha de reflexão de Diógenes, Oliven trabalha com a imagem de duas cidades: a cidade dos “homens de bem” (coincidentemente possuidores de bens) e a cidade dos “homens de mal” (coincidentemente não possuidora de bens)”. Essa visão dualista, segundo Oliven, “escamoteia o fato de que as duas cidades são, na verdade, um conjunto articulado, que habitam o mesmo espaço”. (Oliven, 1989:19)

1.3- Estudos sobre a violência juvenil

Os primeiros estudos sistemáticos sobre violência juvenil foram realizados pela Escola de Chicago, entre os anos 20 e 70, a qual desenvolveu três teorias sobre a formação de gangues nos Estados Unidos da América.

A primeira teoria, desenvolvida nos anos 20, trata da “desorganização social” que se dá com a concentração de migrantes nos bairros pobres e marcados pela violência. Thrasher (*apud* COULON, 1995) referiu-se a essas áreas onde há a concentração de migrantes como “zona intersticial”. Segundo Coulon

Thrasher constatou a existência de vários estratos urbanos concêntricos na cidade de Chicago: há um centro urbano, The Loop, onde se concentram o comércio, os escritórios e os bancos. Afastando-se do centro, em direção à periferia, encontra-se uma série concêntrica de bairros onde moram as classes médias e, mais longe ainda, os das classes sociais abastadas, de implantação mais antiga. Entre o centro urbano e essas duas zonas, há outra que Thrasher chama de intersticial, onde residem os imigrantes europeus, sobretudo poloneses e italianos, assim como os chineses e os negros (Coulon, 1995:62).

Para Coulon (1995:62), os jovens filhos de migrantes paulatinamente perderam a referência cultural de seus familiares e passaram a viver uma outra realidade na cultura norte-americana. Desvincularam-se dos valores tradicionais de família, de vizinhança, de agregação que perderam força e deixaram de regular comportamentos. Com isso abriu-se o caminho para

a crise da moralidade, dos laços familiares e de vizinhança, o que favorece as atividades criminosas das gangues. Como um substituto àquilo que a sociedade não consegue oferecer, formam-se grupos de jovens que passam a praticar atos de violência: as gangues.

Comentando os estudos feitos em 1942 por Shaw e Mckay, membros da Escola de Chicago, sobre a delinqüência juvenil, Coulon (1995), observa:

Fundamentando-se em inúmeros dados empíricos e em cálculos estatísticos que relacionavam os dados da delinqüência a variáveis sociais e econômicas, Shaw e Mckay mostraram que, nas diferentes cidades americanas a criminalidade estava associada à estrutura física da cidade: as taxas de delinqüência eram elevadas onde quer que a ordem estivesse desorganizada. Segundo eles, a delinqüência urbana dos jovens deve ser explicada por fatores sociais. Com efeito, constataram que, nessas regiões de delinqüência urbana, as taxas de desemprego e suicídio eram mais elevadas, a população era mais doente, a mortalidade infantil mais freqüente, as famílias mais dissociadas e a criminalidade do adulto muito disseminada. O simples fato de morar em certas partes da cidade, aliás, constituía um indício ou um prognóstico de delinqüência (Coulon,1995:74).

Na década de 60, quando são realizados outros estudos sobre delinqüência juvenil nos Estados Unidos, surge a teoria da frustração. Segundo essa teoria, os jovens moradores dos guetos pobres não tinham as mesmas possibilidades de ascensão social dos moradores das regiões ricas. Os valores sociais preconizados pelos americanos eram distantes. “Há um hiato entre as aspirações que todo norte-americano teria de atingir e as oportunidades reais oferecidas aos jovens pobres que tiverem incorporados esses valores.” (Zaluar, 1997: 18). Frente à frustração de ascender socialmente e ter prestígio na escala social, a via da criminalidade apresenta-se como uma maneira eficiente, mesmo que ilegal, de crescer socialmente. Com a gangue, os jovens dos guetos pobres têm acesso ilegal às mesmas coisas daqueles que são bem sucedidos na sociedade americana: poder, dinheiro, conforto. As gangues nasceram nas comunidades de imigrantes porque havia um bloqueio estrutural de mobilidade socioeconômica dos jovens ali residentes. Dentro desse cenário, a gangue é formada quando os jovens moradores dessas áreas, principalmente a primeira e a segunda geração, sentem-se frustrados e desiludidos com a possibilidade de arranjar um emprego que lhes possibilite uma mobilidade ascendente, em relação à posição socioeconômica dos pais.

A terceira teoria refere-se ao estigma relacionado aos jovens de etnias inferiorizadas e moradores dos bairros pobres. Por terem essas condições sociais, eles eram considerados como delinqüentes, por parte das instituições governamentais, policiais e judiciais. Segundo Zaluar (1997:19), a teoria do rótulo serviu mais como uma maneira de justificar a condenação dos jovens de periferia do que um modo de ver as causas que levam os jovens a cometerem violência.

As teorias da Escola de Chicago têm importância nos estudos da violência juvenil, uma vez que influenciaram outras pesquisas afins, em vários países da Europa e da América Latina, entre eles o Brasil. Para Zaluar (1997:22) o que espanta é que as teorias foram utilizadas em outros países como se não houvesse descontinuidade entre as organizações juvenis dos EUA, em relação às organizações juvenis de outros países.

A Escola de Chicago, ao mesmo tempo em que é um ponto de partida para o estudo da juventude inserida num contexto urbano e desenvolve uma metodologia ainda utilizada nas pesquisas qualitativas, tem as suas teorias criticadas. A crítica mais contundente está relacionada ao compromisso que essas teorias tinham com o positivismo, que transformava as pessoas em objeto, e seu comportamento em fatalidade ou determinação, dificultando o entendimento delas como sujeitos que participariam de forma ativa nas suas escolhas e ações, apesar das pressões de várias ordens. “Por causa disso, nenhuma delas poderia explicar porque percentuais tão baixos de pobres, número pequeno de negros e poucas pessoas pertencentes a algumas minorias étnicas enveredam, de fato, em carreiras criminosas” (Zaluar, 1997:21).

Desde a Escola de Chicago, surgiram inúmeros estudos que tratam da formação de gangues nos Estados Unidos. Para Jankowski (1997), esse tema tornou-se tão amplamente pesquisado e divulgado que chegou à banalização, uma vez que todos escrevem sobre ele, especialistas ou não.

Jankowski (1997) fez um levantamento das principais definições sobre gangues, elaboradas nos Estados Unidos, e as classificou em duas categorias. A primeira consiste em definir as gangues “como um resultado dos atributos específicos de seus membros.” Incluem-se aí as gangues compostas por indivíduos privados de identidade social; as gangues formadas por um conjunto de indivíduos não inteligentes; as gangues formadas por pessoas que abandonaram a escola e têm tempo ocioso e as gangues cujos componentes são indivíduos que vêm de famílias desajustadas. A segunda categoria é descrita pelas diversas formas de ações criminosas ou desviantes, como, por exemplo: associações fracamente estruturadas “de indivíduos que cometem atos delituosos ou crimes”; têm a primazia conferida aos atos ilegais; é dada ênfase ao comportamento territorial (Jankowski, 1997: 26). O “erro dessas duas interpretações é que elas deturpam a natureza do fenômeno e subestimam as relações entre as condições estruturais da sociedade e a própria gangue” (Jankowski, 1997:25). Segundo o autor, para entendermos o fenômeno do surgimento das gangues é preciso considerar as condições e circunstâncias da realidade histórica e social, e a maneira como esta afeta o desenvolvimento e a conduta da gangue. A formação de grupos juvenis envolvidos com a

violência pode ser mais amplamente compreendida se levarmos em conta a complexidade de fatores econômicos, políticos e psicossociais, em vez de simplesmente apontarmos as condutas individuais desajustadas dos membros dos grupos.

1.4 – Estudos realizados sobre a violência no Brasil

Estudos realizados no Brasil sobre a violência, também influenciados pela Escola de Chicago, destacaram inicialmente a associação entre violência e camadas pobres da população. Segundo Candau,

uma das vertentes mais trabalhadas nos estudos sobre violência é, sem dúvida, a sua relação com a desigualdade social. No entanto, não se pode afirmar que a pobreza constitua o único fator explicativo da violência na sociedade brasileira. A pobreza isoladamente não explica a perda de referenciais éticos que sustentam as interações entre grupos e indivíduos (Candau, 1999:21).

Oliven, referindo-se à violência urbana no Brasil, afirma que especificamente as grandes cidades brasileiras,

por se constituírem nos centros mais dinâmicos de sua economia, representam espaços nos quais suas contradições se tornam mais evidentes, a riqueza e a opulência convivendo com a mais flagrante miséria. Esse contraste entre ostentação e indigência poderia ser encarado como o elemento que fornece a base necessária ao surgimento da delinquência de classe baixa (Oliven, 1982:26).

Paixão (1982:85) ao analisar a violência entre os anos de 40 e 80, relaciona crescimento urbano, violência e pobreza. Segundo este autor, assim como ocorre em outras regiões metropolitanas brasileiras, o processo de desenvolvimento urbano, em Belo Horizonte, está marcado por grandes desigualdades e desequilíbrios – pobreza, favela, desemprego, marginalidade - normalmente associados a comportamentos criminosos.

Paralelamente aos trabalhos teóricos que buscam compreender as raízes da violência, sabemos que a relação simplista e sensacionalista entre pobreza e violência é particularmente explorada pela mídia. Segundo Kowaric, “quando os meios de comunicação de massa falam em violência urbana, estão se referindo quase que exclusivamente à delinquência da classe baixa” (Kowaric 1982:31). O Estado, ao longo da história do Brasil, fez essa associação e tratou as classes de baixa renda e os trabalhadores rurais como classes de delinquentes em potencial. Partindo desses pressupostos utilizou-se sempre do poder da força para combatê-los e controlá-los.

O Estado aparece como uma instância que reflete as relações autoritárias existentes na sociedade e a maneira, também autoritária, de esta resolver seus conflitos e

superar as diferenças e dificuldades nos campos econômico, social, político cultural, assim como nas relações intersubjetivas de um modo geral (Candau, 1999:22).

Segundo Damacena e Arnaud, um estudo realizado acerca da criminalidade, entre os anos de 1890 e 1924, “demonstra que o sistema de polícia de São Paulo era utilizado para fins de controle social, que o mesmo se dedicava à repressão de determinados grupos sociais” (Damacena e Arnaud, 2001:14). Como sabemos, ainda hoje os moradores das periferias e os negros, principalmente, são tratados como suspeitos pelo poder estatal. Qualquer manifestação que lhe pareça desordem ou subversão da ordem é barrada pela utilização da violência, podendo acontecer em épocas de ditadura ou não.

As teorias, o senso comum, os meios de comunicação e o Estado brasileiro alimentaram por muito tempo a associação entre pobreza e violência e, como consequência, essa associação passa a valer como verdade.

É importante dizer que os jovens, sem distinção de classe, são as maiores vítimas da violência. Dados nacionais do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), analisados por Waiselfisz (2000), mostram o crescimento vertiginoso de homicídios entre os jovens de 14 a 24 anos, entre os anos 1989 e 1998.

Se as taxas de homicídios de jovens, em 1989, já eram bem mais elevadas do que a população total (20,2 em 100.000 na população total e 35,9 nos jovens), dez anos depois as diferenças cresceram mais ainda. As taxas juvenis cresceram a um ritmo superior ainda (32% na década considerada) às taxas da população total (27,9%). Entre os jovens, no último ano considerado, a taxa foi de 47,4 homicídios em 100.000. Mas a situação entre os estados e regiões é bastante heterogênea. Minas Gerais, por exemplo, tem uma taxa de crescimento inferior à realidade do Brasil. No ano de 1989 o número de homicídios era de 10,9 para 100.000 e em 1998 de 11,1. Houve um aumento de 1,5%”.¹

1.4.1 - Violência juvenil

Recentemente houve um salto qualitativo nos estudos da violência. Pesquisas atuais e de maior rigor teórico sobre violência juvenil realizadas no Brasil, por autores como Zaluar (1994), Diógenes (1998), Guimarães (1998) e Vianna (1997), e que também tratam da violência gerada nas periferias pobres das grandes metrópoles, não incorrem no erro de fazer uma associação cômoda entre violência e pobreza, mesmo constatando que o maior índice de criminalidade se dá nesse contexto. Eles têm uma visão ampla das causas relacionadas à

¹ Os dados fornecidos pelo Estado de Minas Gerais são referentes aos anos de 1989 a 1997. Por esse motivo foram utilizados para 1998 os dados de 1997 (Waiselfisz, 2000: 26)

violência. A realidade de miséria em que vive a maior parte dessa população jovem é um fator preponderante para gerar violência, mas não é a única. Há outros fatores determinantes, como a carência afetiva, a falta de perspectiva no futuro, as perturbações familiares, a desqualificação social, a falta da ética nas relações, a falta de solidariedade e a crise das instituições tradicionais como a família, a escola e a igreja, que exerciam um controle eficaz sobre os indivíduos.

Traçando um paralelo entre os estudos sobre a formação das gangues nos Estados Unidos e a origem dos grupos juvenis violentos no Brasil, constatamos uma diferença em relação às conclusões às quais os autores chegaram. As gangues teriam as mesmas características dos grupos violentos da década de 20, são de origem étnica variada ou de classes pobres que se localizavam nas periferias pobres das cidades americanas. Segundo Zaluar (1997:21), no Brasil, as manifestações violentas, semelhantes às dos jovens dos Estados Unidos, são mais recentes e vemos-as apenas a partir do final dos anos 70. Enquanto a violência entre gangues já era pesquisada na década de 20, nos Estados Unidos, no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, não se tinha conhecimento de violência praticada por grupos rivais. As manifestações violentas provocadas pelos jovens até a década de 70 tinham duas razões: uma relacionada aos conflitos de vizinhança. Eram crimes de “sangue” ou vingança e envolviam pessoas do próprio convívio social. Havia um motivo forte para a existência de agressões físicas que poderiam levar à morte. A segunda razão para a violência eram as disputas entre as escolas de samba, entre os blocos carnavalescos e entre as agremiações esportivas, criando grupos rivais. Mas essa última manifestação não tinha maiores consequências. Finalizadas as disputas, acabava a violência. Em contrapartida, nos Estados Unidos, a violência das gangues era gratuita, atacavam-se pessoas sem conhecê-las. Isso parecia ligado desde sempre a um caráter mais étnico do que de vizinhança e o espaço dessas manifestações era o espaço público. No Brasil, o que mantinha os jovens longe dos conflitos mais sérios era a sua vida em comunidade. Existia uma harmonia no bairro; a família e a vizinhança exerciam um controle sobre a juventude. Mas essa realidade foi se transformando e surgiram, no Rio de Janeiro, organizações semelhantes às existentes nos Estados Unidos. Zaluar, ao se referir a essas organizações, as define com sendo quadrilhas, não recorrendo à definição de gangues, por considerá-la como sendo própria das organizações juvenis norte-americanas. “O registro histórico relembra que a existência de gangues juvenis é algo peculiar à divisão do espaço urbano nos Estados Unidos, por sua vez devedora de valores culturais marcados pelo individualismo que acentua a competição no mercado e na obtenção do sucesso e que centraliza a liberdade individual” (Zaluar,1997:21). Segundo Jankowski

(1997:25), as gangues são formações típicas dos Estados Unidos e tornaram-se um tema que chegou à banalização.

Zaluar faz referência a outro tipo de associações juvenis que se envolvem em ações violentas, as “galeras”, mas que não têm uma organização estruturada à maneira das quadrilhas brasileiras ou das gangues norte-americanas. A autora traça as diferenças entre a quadrilha e a galera. A primeira é composta por um número pequeno de pessoas e está envolvida com atividades ilegais para o enriquecimento de seus membros. Tem como referência o nome do seu chefe e está situada em um determinado território. É marcada por uma “cultura viril” que não aceita uma ofensa pessoal ou invasão de território (Zaluar, 1997: 47).

Já as galeras são formações sem uma liderança instituída e sua marca é o bairro onde se localizam. Não traçam regras explícitas e não empregam rituais de iniciação, à maneira das gangues. Também não têm por objetivo o enriquecimento ilícito de seus membros, e suas ações são transitórias e intermitentes. No entanto, como as gangues, suas manifestações podem levar à tragédia e ao crime.

Takeuti, partindo da divisão realizada por Zaluar, afirma:

temos em mente as diferenças consideráveis existentes entre termos *gangues*, *galeras* e *quadrilhas*: o primeiro teria como referência original uma formação grupal juvenil de bairros pobres surgidos nos Estados Unidos, cujos conflitos violentos estavam associados à questão étnica e tendo como características principais a existência de uma organização hierárquica e as relações com as organizações de crime; já as *galeras* (com características que surgiram no Brasil e na França) diferenciam-se dos primeiros naquilo que não apresentam uma “estrutura organizacional”, tampouco naquilo que não estão necessariamente articuladas com as organizações de crime; e o terceiro (*quadrilhas*) diz respeito às organizações criminosas propriamente ditas onde os seus componentes buscam por meio delas obter verdadeiros ganhos financeiros e traçam-se na “carreira do crime (Takeuti, 2001: 6).

Diógenes, tratando da violência juvenil, utiliza-se dos conceitos de gangues e galeras para definir as organizações juvenis, e tem concepções diferentes das de Zaluar. Em nenhum momento utiliza a terminologia quadrilha. Para a autora, que faz um estudo específico da violência de jovens dos bairros pobres da periferia de Fortaleza, as gangues são definidas como organizações violentas, e as galeras são formações juvenis mais voltadas para a arte, para a cultura.

Nas grandes metrópoles brasileiras, o registro destacado de jovens tem ocorrido, *grosso modo*, a partir de dois campos diferenciados de manifestação: a presença de movimentos culturais, que têm a dança, a música, o esporte, ou as artes gráficas como campo de manifestações mais marcantes, denominado galeras e os grupos que se expressam, de forma mais restrita através de práticas da violência, identificados como gangues (Diógenes, 1998:104).

Waiselfisz, em uma pesquisa sobre a violência dos jovens de classe média, expõe a definição dos próprios jovens sobre galeras e gangues. “Galera é a turma de amigos que costuma sair unida para se divertir”. A gangue sai com a finalidade de cometer delitos, tem seu território demarcado e mantém rivalidades com outras gangues, embora se constitua como um grupo de amigos (Waiselfisz, 1998:40)

Utilizaremos o termo “galera violenta” como o que melhor define os grupos de jovens que constituem o objeto desta dissertação. É necessário, no entanto, enfatizar que nem todas as galeras são violentas. Como dissemos anteriormente, existem as galeras do teatro, dos movimentos estudantis, dos grupos religiosos etc, que não se caracterizam por ações violentas.

Entendemos galeras violentas a partir das observações de Zaluar (1997), como uma organização de jovens envolvidos em pequenos delitos, em brigas de ruas, roubos, que podem levar a conseqüências mais sérias. Os jovens moradores da Zona Sul de Belo Horizonte, aqui pesquisados, têm essas características: são grupos de amigos que saem para bares, festas, shows, fazem musculação ou algum tipo de arte marcial, envolvem-se em confronto com grupos rivais. Diferenciam-se das definições das gangues e das quadrilhas, por não terem uma estrutura organizacional. Não querem ter vantagens financeiras, pois têm uma condição econômica favorável. São grupos marcados pela transitoriedade, e os membros podem desligar-se de uma galera e ir para outra, inclusive.

Segundo os jovens entrevistados, nesta pesquisa, a galera pode ser constituída pela turma da escola ou por aqueles que saem para barzinhos, shows, festas. Há também aqueles que se reúnem deliberadamente para brigar.

Galera é um grupo de amigos que estão sempre juntos, saem juntos, viajam. Tem a galera do pessoal que é estudioso, da turma que pratica esporte, que gosta de teatro e música, e existe, também, a turma brigona. O surgimento de galeras acontece através da convivência nos bairros, escolas, academias de musculação, clubes etc. que levam as pessoas a se aproximarem (jovem de 21 anos, universitário).

Outro jovem entrevistado, que também já está na universidade, ex-integrante de uma galera que se envolvia em brigas, considera galera um termo pejorativo.

Galera na minha opinião está ligada à dimensão negativa. Eu participo de uma turma de amigos”. Turma é diferente de galera. É formada por pessoas que pensam igual, não envolvem-se em brigas. Por exemplo: quando eu e meus amigos conhecemos uma pessoa brigona, a gente já corta para que ele não entre na turma. Só que anos atrás, quando tínhamos uma galera, se o cara tá ali, participou da briga, então beleza, é nosso amigo, não precisa pensar igual a gente (jovem de 20 anos).

1.5 - Violência urbana

Velho (2002) vê na urbanização acelerada com o crescimento desenfreado das cidades, nas fortes aspirações de consumo, em boa parte frustradas, nas dificuldades no mercado de trabalho e nos conflitos de valores algumas variáveis que concorrem para a violência. Para ele, o que caracteriza a violência urbana são os assassinatos, seqüestros, assaltos, roubos e tráfico de drogas.

Damacena e Arnaud (2001:18) definem a violência urbana como

o crime contra a propriedade privada e contra a integridade física das pessoas, dentro de um quadro de crescimento conjunto do crime comum e do tráfico de drogas, sendo que este é considerado responsável pela crescente organização da criminalidade urbana..

Os jovens se destacam como os atores principais dessa violência.

O desenvolvimento urbano, impulsionado pela industrialização, trouxe uma melhor qualidade de vida para os habitantes da cidade, mas legou-lhes também uma diversidade de problemas, entre eles a violência juvenil, que se tornou uma marca dos grandes centros urbanos.

Segundo Lefevbre (1969:9), para tratar da problemática urbana é necessário tomar como ponto de partida o processo de industrialização que, há mais de um século e meio, é o motor de transformação da sociedade. Com a urbanização, houve um rompimento com os valores e a forma de viver e de ser dos indivíduos da sociedade tradicional. Nesta, havia, um controle explícito e uma moral rígida exercidos pela família, escola, religião ou vizinhança sobre o indivíduo e as relações interpessoais. Isso não quer dizer que a violência não acontecesse. Como bem sabemos, a violência marca a história dos homens e das civilizações, mas na cidade pré-urbana, a moral, o limite, o controle, a cobrança, determinavam a ação do indivíduo, regrando suas ações e transmitindo-lhe valores.

A família, a escola e a religião não têm sido capazes, por sua vez, de resistir à deterioração de valores vista atualmente. Na sociedade tradicional, com sua violência constitutiva, existiam mecanismos de controle social que marcaram uma moral básica compartilhada. Sem dúvida, continuam existindo áreas e grupos sociais que preservam e se preocupam com essas questões. Certamente a maioria das pessoas não é violenta ou corrupta. No entanto, o clima geral de impunidade incentiva a utilização de recursos e estratégias criminosas. (Velho, 2002:3).

Se há um ganho inestimável no plano tecnológico, no desenvolvimento industrial, na criação de novas formas de ocupação e profissionalização, na construção de estradas, no rompimento de fronteiras comerciais entre países, existe também o outro lado, penoso da proliferação de bairros pobres, da divisão de classes sociais, da exclusão das pessoas não qualificadas no mercado, da concorrência profissional e de uma realidade de violência peculiar ao espaço urbano, no qual a violência juvenil se destaca. Estudo realizado pela Escola de Chicago sobre a violência nas cidades americanas detectou como suas principais causas, como já vimos acima, a exclusão social, a quebra de laços entre os moradores de bairros ricos e pobres, a competição acirrada entre os indivíduos pelo sucesso pessoal, econômico, e pelo reconhecimento social. O crescimento da violência acontecia principalmente nas cidades marcadas de forma positiva pelo desenvolvimento urbano: industrialização, crescimento da infra-estrutura, serviços eficientes de transportes, meios de comunicação.

1.6 - Visão sistemática da cidade

Park (1987) elaborou uma sistematização da cidade, quando fez uma análise do meio urbano e apontou parâmetros para estudar o comportamento humano. É pertinente o ponto de vista do autor, que contribui para compreendermos a dinâmica da cidade atual. Partindo do trabalho de Park, quatro questões são imprescindíveis para a análise do comportamento humano no meio urbano:

a) A estrutura física da cidade

A cidade tem uma estrutura física. Por meio de planejamento, traçam-se metas e limites, determinam-se as construções, ordenam-se os espaços onde as estradas e praças são construídas, onde casas e edifícios são erguidos. O poder aquisitivo definirá a geografia dos bairros e a maneira de proceder de seus habitantes. A relação entre vizinhos torna-se uma das principais características dos bairros e cria laços que transcendem as relações familiares, provocam solidariedade, despertam a amizade, incentivam organizações sociais. Mas, essa

agregação informal aos poucos perde sua força aglutinadora, principalmente nos bairros ricos, devido à possibilidade de as pessoas dividirem suas atenções entre diversos grupos e organizações de lazer, políticas, religiosas, que estão localizadas fora da vizinhança. Nas áreas da periferia, marcadas pela pobreza e discriminação social, sem a possibilidade de as pessoas se deslocarem facilmente do lugar onde moram, a tendência é se fortalecer a relação de vizinhança. Elas passam mais tempo nas portas das casas, conversam com os vizinhos, jovens e adultos praticam esportes nas quadras do bairro, reúnem-se nos bares perto de casa, participam da igreja local, atuam na associação do bairro. Mas essa relação próxima, vista nas periferias, não é suficiente para exercer um controle eficaz sobre os jovens que se envolvem com práticas violentas e ilegais ligadas ao narcotráfico.

Segundo Zaluar (1994:15), as barreiras sociais do preconceito e da imagem negativa dos moradores de tais locais, dos muito pobres e dos negros, não são menos fortes. Forma-se entre eles, a partir de suas experiências e da observação da vida dura dos seus próprios pais, uma visão negativa do trabalho. A autora aponta, também, como uma das causas do ingresso dos jovens na violência, a decepção em relação a seus pais que trabalham e o encantamento com o traficante de sucesso. Os trabalhadores passam um mês trabalhando e o que recebem não é suficiente para o sustento da família. A contravenção é mais rendosa que o trabalho digno. Os jovens, filhos de trabalhadores urbanos de baixa qualificação, associam o trabalho de seus pais à escravidão -“ser escravo é trabalhar de segunda a sexta por irrisórios salários”-. E ao contrário desse esforço extremamente desgastante do trabalhador, sempre necessitado de dinheiro, o comércio de narcóticos oferece aos filhos desses trabalhadores a possibilidade de ganhar dinheiro fácil. Valores como “levar vantagem em tudo”, “poder consumir”, “ter status” falam mais alto do que os valores do trabalho difícil, mas digno.

Nos bairros de classe média não há atividades significativas que aproximem os vizinhos. Nem os moradores dos prédios, que dividem o mesmo espaço, relacionam-se e promovem atividades comuns. Os jovens, nesse aspecto, têm uma maior facilidade de relacionamento, mas o fazem à revelia dos pais.

Nas entrevistas que realizamos com os participantes de galeras formadas por jovens que moram em bairros de classe média, estes afirmaram que a formação dos seus grupos aconteceu a partir de encontros na escola, na academia, no clube, no prédio em que moram, diferentemente dos moradores dos bairros da periferia, em que a rua é o espaço privilegiado do encontro. A estrutura física da cidade favorece pois, as diferenças sociais, de comportamento e de formação de grupos.

b) A industrialização

As cidades modernas se edificaram em torno das indústrias, que possibilitavam um crescimento social e econômico dos indivíduos. No entanto, essas possibilidades são excludentes, uma vez que se selecionam os mais talentosos para assumirem os diferentes tipos de trabalho. Na divisão de trabalho, vêm-se surgirem formas diversas de associações. Uma organização de trabalhadores tem como elo principal os interesses de classe, que são bem diferentes dos laços de amizade ou da proximidade de bairros e de vizinhança. Na indústria, surge uma nova racionalidade, que é geradora de aquisições de bens através do dinheiro, que “é o principal artifício pelo qual os valores foram racionalizados e os sentimentos substituídos pelos interesses” (Park, 1987:40). Nesse sentido, a industrialização desloca o indivíduo de seu *ethos* para viver as regras do mercado. Na busca da realização profissional, o indivíduo procura aprimorar-se. A especialização requer uma dedicação exclusiva a tudo que se refere à profissão. A cidade recompensa os talentos específicos dos indivíduos, selecionando-os para desempenhar os papéis no mercado e serem, por isso, bem recompensados. O fundamental para o sucesso na cidade é a “mobilidade”, ou seja, a capacidade de desinstalar-se, encontrar motivação para crescer e para integrar-se às exigências da vida. Por outro lado, o fechamento do indivíduo, contraposto à mobilidade, não permite o desenvolvimento e a ascensão social. O mercado valoriza aquele que tem vocação para ser diferente, aquele capaz de produzir algo que mais ninguém é capaz de fazer. Um exemplo é a glorificação de um lutador de boxe, como Mike Tyson, ou de um jogador de futebol, como Pelé. Eles se destacaram pelas suas capacidades de serem diferentes de todos os outros esportistas de suas categorias, que tinham um padrão comum.

c) As relações interpessoais

No contexto urbano, as relações entre as pessoas se transformaram. Elas passam de uma relação primária, na qual as pessoas se conhecem, convivem, têm um contato “face a face”, para uma relação indireta, secundária, na qual as pessoas passam umas pelas outras, se vêem, até se tocam, mas não se conhecem, não formam comunidade. É a lei do mais forte que predomina; “levar vantagem em tudo” tornou-se uma máxima para a vida moderna. Não é preciso relacionar-se com os vizinhos para a pessoa ter um sentimento de pertença a uma organização, pois existem vários outros grupos dos quais ela pode participar. Instituições tradicionais como a igreja, a escola e a família têm sofrido modificações devido ao modelo de vida citadino da sociedade moderna. Os valores que pregam são questionáveis e não exercem mais a força moral de antes. A força de persuasão do indivíduo será então feita por uma

norma explícita, a lei. A comunidade primária não exerce uma força de controle moral e social, mas sim os tribunais, que passam a ter uma função reguladora e coercitiva no equilíbrio das relações interpessoais e na solução de conflitos.

d) A liberdade de organização

A cidade acolhe a todos. Nela, as pessoas podem se agrupar da melhor maneira que lhes convier. Se preferirem, podem viver isoladas. Estar no meio da multidão não é garantia de estar acompanhado, como fazer parte de um grupo não significa estar entrosado socialmente. Com as inúmeras oportunidades de vida, a cidade oferece aos indivíduos liberdade de escolha e torna as relações e associações mais diversificadas e, ao mesmo tempo, mais superficiais e efêmeras. O homem encontra, no meio urbano, o grupo que mais preenche seus anseios, no qual pode se sentir à vontade e expandir-se. Caso queira migrar de grupo, também é fácil, o que motiva o homem a participar de outros grupos, são fatores ligados ao interesse, ao gosto, ao temperamento. Pode-se fazer parte de grupos que são marginalizados pela própria sociedade. Park (1987) define tais grupos como sendo “Regiões Morais”:

Na cidade grande, o pobre, o viciado e o delinqüente, comprimidos um contra o outro numa intimidade mútua doentia e contagiosa, vão se cruzando exclusivamente entre si, corpo e alma ... Devemos então aceitar essas “regiões morais” e a gente mais ou menos excepcional e excêntrica que as habita, num sentido, ao menos, como parte da vida natural, se não normal, de uma cidade. (Park, 1987: 66).

Voltaremos a tratar sobre “Região moral” no quarto capítulo.

CAPÍTULO II - Juventude e Identidade

Neste capítulo faremos algumas considerações sobre o termo juventude, mostrando as ambigüidades que o envolvem. E discutiremos, também, o conceito de identidade, com o objetivo de compreendê-la de um ponto de vista dinâmico, desfazendo-nos de visões deterministas e estáticas.

2.1 – Discussão do termo juventude

Definir os jovens apenas pelas características comuns que possuem, desconsiderando os contextos históricos e suas relações sociais, implica aceitar que nas distintas gerações, o modo de proceder da juventude será sempre igual.

Isso não é verdade. O fato dos jovens viverem conflitos sérios e irreparáveis na escola, na família, no bairro em que residem, no meio esportivo, etc., não nos pode levar a concluir que todos os jovens sejam iguais.

Por outro lado, não se pode negar que os jovens têm características comuns, como a faixa etária, a potencialidade para a exploração do novo, o destemor com que enfrentam novas realidades, as incertezas em relação à profissão, a descoberta do corpo e da sexualidade, o grupo de amigos, o conflito com as gerações anteriores e com a sociedade.

Na realidade, a compreensão de juventude, ao longo da história, sempre veio carregada de ambigüidades e preconceitos, talvez por ser esta uma faixa etária que sempre tende a resistir ao *status quo*.

As várias maneiras de ser e de se manifestar dos jovens lhes conferem características diferentes dos adultos e das crianças. Alguns jovens se dedicam à militância política, outros se engajam em movimentos religiosos. Há os jovens das galeras que saem aos finais de semana, os jovens das torcidas organizadas, os que se dedicam à vida intelectual. Podemos também diferenciá-los pelas condições sociais, pelas escolas que freqüentam, os bairros onde residem. Os jovens do meio rural têm peculiaridades em relação à juventude dos centros urbanos. Também diferenciam-se pelas opções que fazem e pelo estilo de vida que levam, pela música que ouvem, pelo lazer que escolhem, pela roupa que usam.

A tentativa de dar um significado para a juventude e a adolescência é recente na história das ciências do homem: teve início apenas no século XX. Os ensaios de cientistas sociais

que até o final dos anos 70, tentavam entender esse fenômeno, afirmavam que a cultura jovem ou adolescente teria sido formada no seio da cultura de massa, a partir de 1950 e que há civilizações sociologicamente sem adolescência. Além disso, as sociedades sempre constituíram a juventude como um fato social intrinsecamente instável (Vianna,1997:10).

Para Erikson a juventude, considerada de forma abrangente, é vista como uma transição entre a vida da infância e a vida adulta.

A fase de adolescência torna-se um período ainda mais acentuado e consciente, e como sempre aconteceu em algumas culturas, em certos períodos passou a ser quase um modo de vida entre a infância e a vida adulta. Assim, nos últimos anos de escolaridade, os jovens, assediados pela revolução fisiológica de sua maturação genital e a incerteza dos papéis adultos à sua frente, parecem muito preocupados com as tentativas mais ou menos excêntricas de estabelecimento de uma subcultura adolescente e com o que parece ser mais uma fase final do que transitória ou inicial, na formação de sua identidade. (Erikson,1987:128)

Tanto Vianna quanto Erikson dão o mesmo significado para os termos adolescência e juventude. Também Dias (2001:54), em sua tese de doutorado que trata especificamente da cultura adolescente e das suas manifestações em diferentes períodos históricos, não faz diferença entre os conceitos de adolescência e juventude. Pelo contrário, em nota de pé de página, a autora esclarece que os termos jovem e adolescente são empregados na sua pesquisa sem distinção.

Mas a discussão em torno dos conceitos juventude e adolescência persiste. A Organização Panamericana de Saúde (OPS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) distinguem adolescência e juventude pelas suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. Para essas organizações, a “adolescência é um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade” e compreende as idades de 15 a 19 anos. No Brasil, entretanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n.º 8069 - considera adolescente a pessoa entre 12 a 18 anos de idade.

Já o conceito de juventude está ligado a uma categoria sociológica que representa o processo de preparação para as responsabilidades da vida adulta, compreendendo a faixa etária entre 15 e 24 anos (Waiselfisz, 2000:18). Para Diógenes “a juventude constitui-se como categoria social, no que tange à definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta” Essa autora acredita que a noção de juventude é uma invenção moderna, que ganhou contornos mais nítidos apenas no início do século XX, e foi tecida em um terreno de constantes transformações. Como uma produção social e cultural, a juventude, mais do que

qualquer outra categoria, tem a característica “de ser irreduzível a uma definição concreta e estável” (Diógenes, 1998: 93).

Alguns sociólogos, cientistas políticos e antropólogos codificam a juventude como sendo um “estado de rebeldia, revolta, transitoriedade, turbulência, agitação, tensão, mal-estar, possibilidade de ruptura, crise psicológica, conflito (instabilidade, ambigüidade, liminariedade, flexibilidade, inquietude), resumindo: mudança” (Vianna, 1997:12).

Outros autores definem a juventude associando-a a um problema social. Ao fazer um levantamento da literatura que trata do tema juventude e violência, Carrano aponta, como principais empecilhos para se chegar a uma conceituação clara e objetiva sobre juventude, os pressupostos preconceituosos dos estudiosos, que estigmatizam os jovens e os associam à violência, a uma ameaça social, a um desvio, sem considerá-los dentro de um contexto sociocultural.

Grande parte das dificuldades em se definir os contornos da juventude, como objeto social, é resultante da insistência dos estudos em associar a juventude com a violência. A juventude é tratada muito mais como um problema do que como um campo possível de problematização. As análises sobre as condições concretas de existência e os sentidos culturais das ações dos jovens, em suas realidades cotidianas, são comprometidas por essa monocultura analítica. A discussão sobre a realidade da juventude não pode ser apartada do contexto global de realização das sociedades contemporâneas. Muito dos “problemas” que são atribuídos aos jovens são, na verdade, elementos sociais e ideológicos que atravessam a totalidade das estruturas e relacionamentos sociais (Carrano, 2000:4).

Segundo Waiselfisz (1998:158), a bibliografia acerca da juventude demonstra o predomínio das análises que enfocam o lado problemático dos jovens, suas atitudes desviantes manifestas em rebeldias, revoltas e delinquência.

Erickson (1987) classifica os jovens a partir de uma perspectiva psicossocial, levando em conta as suas capacidades intelectuais. Aqueles que têm um talento para habilidades tecnológicas convivem mais serenamente com a ideologia pregada pela sociedade, enquanto os menos talentosos nessa área tornam-se mais críticos ao modelo social:

A adolescência, portanto, é menos “tempestuosa” naquele segmento da juventude talentosa e bem treinada na exploração das tendências tecnológicas em expansão e apta, por conseguinte, a identificar-se com os novos papéis de competência e invenção e a aceitar uma perspectiva ideológica mais implícita. Quando esta não é facultada, a mente adolescente torna-se mais explicitamente ideológica, com o que queremos significar uma busca de alguma unificação inspiradora da tradição ou das técnicas, idéias e ideais. E, com efeito, é o potencial ideológico de uma sociedade que fala mais claramente ao adolescente que está tão ansioso por ser afirmado pelos seus pares, confirmado pelos professores e inspirado por “modos de vida” que valham a pena ser vividos. Por outro lado, se um jovem pressentir que o meio tenta privá-lo radicalmente de todas as formas de expressão que lhe permitiram desenvolver e integrar o passo seguinte, ele poderá resistir com o vigor selvático que

se encontra nos animais que são forçados, subitamente, a defender a própria vida. Pois, de fato, na selva social da existência humana, não existe sentimento vivencial sem um sentimento de identidade (Erikson, 1987:130).

Constatamos, portanto, que não há uma convergência em torno das definições sobre juventude, o que nos permite concluir que esta é uma categoria “irredutível” a uma conceituação homogênea, incapaz de ter um sentido único. Por esse motivo, os conceitos sobre juventude são variados, divergentes e acompanhados de ambigüidades e preconceitos.

Souza, porém, nos aponta uma linha que permite refletir sobre a juventude numa perspectiva histórica, levando em conta o espaço, o tempo e as condições em que vivem os jovens. Segundo o autor:

O jovem foi visto de diversos modos, mas nem sempre fica evidente nas interpretações, que, apesar de algumas noções serem consideradas como próprias da juventude, elas não são generalizáveis a ponto de se tornarem conceitos. O que parece interferir de modo determinante em sua definição é o lugar e o tempo onde se encontra, e conseqüentemente, as condições em que vive (Souza, 1999:16).

2.2 - A construção da identidade

Autores, como Woodward (2000), Velho (1998), Castells (2000) e Mische (1997), quando trabalham sobre o tema da identidade, consideram-na a partir de dois aspectos. O primeiro está relacionado à rigidez da identidade que se constrói ao longo de anos ou séculos e que se traduz em valores imutáveis. O segundo diz respeito aos aspectos inovadores que os indivíduos utilizam para a evolução da sociedade e a partir dos quais constroem novas identidades.

Para Mische, a noção de “identidade” em si já apresenta uma série de dificuldades teóricas. “O problema principal é como conciliar as pressuposições estáticas, categóricas e substancialistas da palavra com uma visão dinâmica, processual e interativa”. (Mische, 1997:138). Segundo a autora, o estudo sobre identidade tem, necessariamente, que considerar as pressuposições estáticas e a visão dinâmica.

Para Velho, existe uma básica diferença entre uma identidade socialmente já dada - étnica, familiar etc. -, que o indivíduo herda da sua cultura, e uma identidade adquirida, que é o resultado de uma trajetória com opções e escolhas “mais ou menos dramáticas” em relação à identidade que herdou (Velho,1998:119).

Segundo Woodward (2000:12), a base da discussão da identidade está na tensão entre uma perspectiva essencialista e uma não-essencialista. A primeira está fundamentada nas verdades biológicas, como a identidade sexual, a maternidade e as verdades históricas. É uma

identidade formada por um conjunto cristalino, autêntico, das características que todos os indivíduos de uma mesma nação têm e que não se alteram ao longo do tempo. A identidade não-essencialista focaliza sua atenção nas formas pelas quais os grupos vão sofrendo transformações e assumindo características diferentes, ao longo do tempo, e na relação com outras identidades.

Castells entende identidade como “o processo de construção de significados com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (Castells, 2000:22). Podemos classificar essa perspectiva como sendo não-essencialista.

Castells traça também uma diferença entre identidade e papéis. Os papéis são funções que as pessoas desempenham, a partir de uma instituição, como, por exemplo, o papel de vizinho, de trabalhador, de mãe, de sindicalista. Não existe um comprometimento da pessoa com a função que exerce porque esta foi institucionalizada. A identidade, diferentemente de assumir um papel, é construída pelo indivíduo e pela coletividade, que dão sentido ao que produzem, ao que criam, e o interiorizam. Os papéis organizam funções, a identidade organiza significados (Castells, 2000:23).

Ainda, segundo Castells (2000), existem três formas e origens de construção da identidade. A identidade legitimadora que é introduzida pelas instituições dominantes na sociedade com a finalidade de expandir sua autoridade e dominação sobre os indivíduos. São exemplos dessas identidades o nacionalismo e o fundamentalismo religioso. Mas, para ser configurada como identidade, precisa ser internalizada pelos atores sociais.

A identidade de resistência é caracterizada a partir de grupos que entram em confronto com as instituições que estão no poder, tentando perpetuar sua dominação. Podemos citar como identidades de resistência as minorias étnicas que, se sentindo marginalizadas, lutam por um espaço de representação política para defenderem seus ideais. São grupos ideológicos que se confrontam com os grupos dominantes, questionam seu poder e a tradição na qual estes últimos estão solidificados.

É provável que seja o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistência coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência (Castells, 2000:24)

Na identidade de projeto, os atores, utilizando-se da comunicação, criam uma nova identidade com a finalidade de redefinir sua posição na sociedade. Um exemplo é a proposta

feminista “que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabelecem” (Castells,2000:24).

No entanto, as identidades que se iniciam de uma maneira podem resultar em outras. Por exemplo, a identidade de resistência pode tornar-se, ao longo do tempo, uma identidade de projeto, ou mesmo tornar-se legitimadora, uma vez que suas convicções sejam impostas e tornem-se dominantes, oprimindo a outras (Castells,2000:24). Nesse sentido, essas identidades estão em constante construção e, por isso, não podem ser classificadas como estáticas ou imutáveis.

(...) as identidades culturais não são rígidas, nem muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades e constantes processos de transformação. As identidades são, pois, identificações em curso (Santos, 1994:119).

Para Castells (2000), os diferentes tipos de identidade (legitimadora, de resistência e de projeto) não podem ser tratados em linhas gerais e abstratas, uma vez que as identidades estão estritamente relacionadas ao contexto social. Por isso, o autor insere sua discussão sobre a construção da identidade no contexto da “sociedade em rede”. A sociedade em rede, que se articula através do intercâmbio mundial da economia, da política, da informatização, da comunicação, permite que a identidade dos indivíduos e dos grupos seja influenciada por culturas que estão além do espaço local e nacional . A identidade de resistência é a que mais se destaca no contexto massificador da globalização, uma vez que os grupos se organizam de forma defensiva frente à descaracterização imprimida pela realidade mundial. Mesmo que haja resistência e defesa, sabe-se que não se pode escapar do processo globalizador da sociedade em rede.

Da mesma maneira que a sociedade em rede tem a possibilidade de influenciar os indivíduos, as organizações sociais, as nações, através do poder do mercado, ela traz no seu bojo a potencialidade da resistência. Um exemplo disso são as “redes de colaboração solidária que servem como um antídoto à globalização implementada pelo mercado. Essas redes conseguiram mobilizar, no dia 15 de fevereiro de 2003, manifestações simultâneas em 134 países, mobilizando 10 milhões de pessoas que foram às ruas clamar pela paz” (Mance, 2003: 3).

Graças às conexões de rede entre inúmeras organizações, seus fluxos de informação, processos horizontais, descentralizados e distribuídos de tomada de decisão, permanente diálogo e compromisso coletivo em promover as liberdades públicas e pessoais eticamente realizadas, essas redes vêm ampliando sua capacidade de mobilização e seu poder de interferir na economia, política e cultura, nos contextos local e mundial. Uma revolução das redes está em processo, construindo um movimento contra-hegemônico à globalização capitalista. Aos poucos essas redes estão tomando consciência de seu poder, aprimorando suas formas organizativas (Mance, 2003: 3)

O processo de instauração da sociedade em rede é definitivo. Portanto, não é possível tratar o tema da identidade sem considerá-lo. Isso não significa afirmar que as organizações locais, as culturas regionais, as etnias perderam seu espaço e serão suprimidas. No âmbito geral, essas organizações sofrerão influências, segundo as constantes mudanças ou a veloz comunicação e informatização, mas sua continuidade dependerá da resistência frente às transformações, preservando os valores essenciais.

Mische (1997:138) considera que os trabalhos desenvolvidos sobre identidade, quando partem da compreensão “substancialista e determinista”, oferecem uma solução parcial à problemática desse conceito. Por isso, propõe a análise de redes sociais que enfatizam o caráter relacional – em vez de puramente categórico ou atribucional – para a compreensão do conceito de identidade. As redes sociais são organizações que influenciam e regulam o comportamento do indivíduo, determinam a sua maneira de compreender a realidade e lhe dar significado. A expressão redes sociais, elaborada por Mische, não tem a mesma conotação de “sociedade em rede”, elaborada por Castells, e se refere às organizações que se formam através das relações interpessoais e se situam na esfera local. Já a “sociedade em rede” considera as relações levando em conta o âmbito local e o global. Um exemplo disso é o destaque que Mische dá às redes sociais que influenciaram e influenciam os jovens. Segundo a autora, na década de 60, no Brasil, as redes que influenciaram os jovens foram a família e, principalmente, a universidade, que possibilitou amplas discussões sobre questões culturais, sociais e políticas e provocou uma mobilização nacional dos estudantes, através da UNE. (Mische, 1997:141). Nos anos 90, as redes de influência são mais dispersas: escolas públicas e particulares, lugares de trabalho, *shopping centers*, clubes noturnos, lugares de lazer, ruas e bairros. A autora chega à conclusão de que as identidades dos jovens são diferentes nos anos 60 e 90, a partir da análise que faz nas transformações das redes interpessoais e organizacionais nas quais os jovens estão referidos e do modo “como as estruturas diferenciadas dessas redes influenciaram na articulação de projetos pessoais e sociais” (Mische, 1997:138).

(...) cada rede representa um repertório mais ou menos delimitado de reconhecimento coletivos, que dá sentido e direção aos laços sociais. Redes diferentes- por exemplo, de trabalho, bairro, escola, família – dão visibilidade social às dimensões específicas de experiências que são relevantes naquele círculo, entre a multiplicidade de conexões que poderiam ser feitas. Nesse sentido, não é apenas o atributo ou a posição social que determina a identidade, mas também são as experiências e orientações coletivas, dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento” (Mische, 1997:139).

Destacaremos, a partir das considerações feitas sobre identidade, três pontos que consideramos essenciais para a compreensão da identidade juvenil. O primeiro diz respeito à identidade de resistência. São próprios da dinâmica da juventude a paixão pelo novo, o destemor frente aos desafios, a crítica aberta ao que incomoda e é incoerente. Os jovens constroem sua identidade na relação de aceitação ou de repulsa à sociedade na qual estão inseridos, ratificando valores que consideram pertinentes e negando outros que julgam ultrapassados.

A adolescência é, pois, um regenerador vital no processo de evolução social, pois a juventude pode oferecer suas lealdades e energias tanto à conservação daquilo que continua achando verdadeiro como à correção revolucionária do que perdeu o seu significado regenerador (Erickson, 1987:134).

O segundo ponto está relacionado ao contexto histórico, que permite a análise de redes sociais nas quais os jovens estão inseridos, e às influências que recebem da sociedade em rede global. Sem essas perspectivas, teremos concepções generalizadas e aumentaremos a fileira daqueles que vêm a juventude de maneira descontextualizada e ambígua.

O terceiro refere-se à dimensão relacional da identidade. Entenderemos melhor os jovens da atualidade se, além de contextualizá-los historicamente, os relacionarmos com a maneira de ser dos jovens de outras gerações. Nessa relação comparativa, não cairemos na concepção maniqueísta de afirmar que uma geração é melhor que a outra. Sabemos que existe um saudosismo em relação à militância social e política dos jovens da década de 60, se comparados aos jovens atuais. É como se dependesse apenas da ação dos próprios jovens da década de 60 terem uma militância política, e dependesse somente dos jovens dos anos 90 e 2000 assumirem uma postura de apatia em relação aos movimentos políticos e sociais. Essa concepção toma fôlego quando é feita uma análise da juventude sem se considerar o contexto social e político, as redes sociais que influenciaram essas ações e as peculiaridades dos jovens, em épocas diferentes.

Capítulo III - As galeras de classe média da Grande BH – Resultados da pesquisa

O objetivo deste capítulo é relatar a realidade específica de galeras violentas pesquisadas e evidenciar as suas ações violentas, os riscos que correm, assim como buscar compreender os fatores a ela relacionados. Para isso, tomamos como objeto de análise a fala dos próprios jovens, em relação aos seus grupos e à violência, além de outros procedimentos do trabalho de campo.

Os jovens das galeras violentas são moradores da Zona Sul de Belo Horizonte e têm uma ligação efetiva com a dinâmica desse território da cidade. Estudam nas escolas da Região Sul, fazem parte de rodas de amigos que se encontram rotineiramente, participam da vida social, freqüentam festinhas, vão a shows, reúnem-se em barzinhos.

Esses jovens vivem uma dualidade entre o “bom jovem”, que se veste bem, tem compromisso com a família, responsabilidade na escola ou na faculdade, obtém um bom desempenho acadêmico, cultiva um relacionamento afetuoso e de respeito com os outros, e o “jovem brigão”, que está ligado a um grupo que exige dele uma postura agressiva, disposição para brigar caso seja preciso, cumplicidade no uso da bebida e na ingestão de drogas, prontidão para o risco de ser ferido, até de maneira fatal, e de ser detido pela polícia. Esses jovens, quando se juntam em grupos, saem da condição de indivíduos que desempenham um papel social definido pela sociedade e inserem-se no que Park (1987) chamou de “região moral”, uma organização formada por indivíduos que têm comportamentos que não estão de acordo com os padrões estabelecidos por uma determinada sociedade. No desejo de aventurarem-se por experiências perigosas, os jovens das galeras violentas, envolvem-se em brigas como se estivessem em uma guerra e perdem o controle de suas ações.

Quando um jovem de uma galera parte para um confronto físico com integrantes de galeras adversárias, ele sabe que deve ir à “guerra” sem a certeza de poder sair ileso da batalha. Nenhum pensar move-o, enquanto só um impulso o arrasta à ação. (...) Na atuação dos jovens em bando jorra a energia que permanece sempre em estado de tensão, parecendo que eles estão sendo carregados apenas por uma força que os impele à ação. Ferimentos graves ou morte fazem parte das “regras” de adesão (Takeuti, 2001:8).

Muitas galeras têm sua origem nos bairros e nas escolas. Muitas vezes, até, os primeiros desentendimentos acontecem nesses espaços, mas os confrontos físicos mais sérios não são resolvidos nas escolas, tampouco próximo a lugares que permitam que os familiares tomem conhecimento. Mesmo sendo integrantes essenciais das instituições que agrupam esses jovens, os pais e os educadores de escolas particulares não foram entrevistados, uma vez que

o tipo de violência praticada por esses jovens escapa ao seu controle sistemático. Como disse um jovem entrevistado: “Os nossos pais, a escola, não têm a real dimensão do que ocorre nas brigas dos nossos grupos”. Isso não significa dizer que não aconteçam, de maneira esporádica, brigas entre galeras rivais na escola ou próximo às residências dos jovens, e nem que os pais e educadores estejam totalmente alheios a essa realidade. Quando a família toma conhecimento da gravidade, logo interfere. Da mesma forma, a escola particular onde os jovens entrevistados estudam, inibe esse tipo de confronto, chama alunos e familiares, expõe o problema e impõe limites e condições para que eles permaneçam na escola. Por esse motivo, os jovens não se arriscam ao confronto na escola e nem em lugares que propiciem aos seus pais tomarem conhecimento do fato. Procuram um “lugar neutro”.

Tem um neguim no colégio que é de outra galera e tal, que te enche o saco e você não gosta dele. Amanhã lá na Savassi a gente conversa, aí descem os dois para a Savassi (Entrevista com um jovem de 15 anos).

Além das entrevistas e do trabalho de campo, buscaram-se, no Conselho Tutelar do Menor, no Juizado da Infância e da Juventude e na Polícia Militar sobre a violência dos jovens moradores da Zona Sul de Belo Horizonte, dados que ajudaram a constatar a sofisticação da violência entre eles, o aumento do uso de drogas (principalmente a maconha), a demarcação dos territórios e os conflitos pertinentes à idade. Os profissionais desses órgãos traçaram um mapa descritivo dos locais onde se concentram e a real situação de dificuldade em que se encontram esses indivíduos frente à violência.

3.1 - A formação das galeras em torno da ação violenta

Para se entender o uso da violência entre as galeras de classe média da Região Sul de Belo Horizonte é necessário ter como pressuposto os aspectos abordados nos capítulos anteriores, desde os primeiros estudos da Escola de Chicago, passando pela imprecisão dos conceitos de violência e classe média, até a constatação de que, ao abordar o tema juventude, é necessário levar em consideração o contexto social no qual os jovens estão inseridos. Enquanto a violência dos jovens da periferia é um “espetáculo” levado constantemente a público pela mídia, tornando estigmatizados os bairros e morros onde os pobres moram e fazendo-nos crer que a qualquer hora do dia ou em qualquer lugar da cidade poderemos ser atacados por jovens moradores dessa região, a violência dos jovens de classe média não se revela claramente, fica apenas nos bastidores. Isso nos passa a falsa imagem da segurança e

ordem nos bairros da elite e nos condomínios fechados. Quando se torna pública, se antes não for abafada, causará estupefação.

3.2 - Os grupos e a formação de identidades

Todo grupo tem como objetivo primeiro promover a satisfação dos seus membros. É essa perspectiva que o mantém. Mas é necessário existir, entre os membros que formam um grupo e que querem ter seus desejos satisfeitos, o compromisso de se empenharem juntos na busca e realização dos seus objetivos. É a soma dos interesses comuns dos indivíduos que provoca a constituição de grupos os mais variados, que vão desde os grupos organizados socialmente, como os sindicatos, cooperativas, partidos políticos, religiosos, aos grupos mais espontâneos, como os grupos de futebol, de amigos, da vizinhança, das galeras.

A idéia de que os grupos sempre agem para promover seus interesses é suficientemente baseada na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesse pessoal, individual. Se os indivíduos integrantes de um grupo altruisticamente desprezassem seu bem-estar pessoal, não seria muito provável que em coletividade eles se dedicassem a lutar por algum egoístico objetivo comum ou grupal” (Olson, 1999:13).

Se é próprio dos indivíduos se agruparem, nos jovens essa característica parece mais evidente. É uma questão de sobrevivência. O que há de mais comum entre eles é a sua filiação a um grupo. Não é possível os concebemos sem um grupo de referência. Estão sempre em bandos, “andando aos montes” pelas ruas, nas torcidas organizadas, nas festas, em shows. O grupo é tão vital para eles que os influencia muito mais que a opinião dos adultos. O grupo lhes permite se identificarem, reconhecerem-se com uma identidade de jovens: é diferente do mundo da infância e distinto da maneira de ser do adulto. No desejo de pertencer ao grupo, os jovens têm que abrir mão da sua individualidade e aceitar as condições impostas pelo grupo. Um jovem que sai desse perfil, que não se envolve com outros, que fica em casa estudando, que não faz amigos, que não participa de uma galera, seja ela religiosa, de teatro ou de amigos que vão a festinhas, é discriminado pelos outros jovens. É rotulado de “nerd”, “prego”, “otário”.

A influência dos grupos é maior sobre os jovens cujos pais estão ausentes e não exercem controle sobre os filhos, não sabem quem são seus amigos mais próximos, quais os lugares que freqüentam, quais os seus gostos, suas dificuldades. Esses pais passam o dia todo fora, trabalhando e, quando chegam em casa, não têm tempo para os filhos por vários motivos: estão cansados, dão continuidade às atividades do trabalho em casa, acreditam que o filho já é “grande” e sabe se cuidar. Não dispensam tempo nem presença para o jovem que

está se formando e precisa de atenção e controle. Nos casos dos pais ausentes, são os amigos do prédio, da rua, os colegas da escola, as pessoas com quem convive mais, que se tornam referências, conselheiros, o suporte no momento de dificuldades. Os jovens, quando não têm os pais presentes, adotam-se uns aos outros e, no momento de dificuldades, quando estão envolvidos com drogas, em brigas ou enfrentam algum problema afetivo, preferem ouvir os amigos da galera que estão mais próximos e são acolhedores. A distância e falta de acompanhamento faz com que os jovens dêem menos atenção aos conselhos dos pais, nos momentos de crise.

Carlos Alberto Franco, jornalista e professor de Ética, em um artigo publicado no jornal “Estado de Minas” em 14/10/02, que trata do tema da violência de classe média e alta de Belo Horizonte, mostra um “novo mapa do crime”, em que os protagonistas são os filhos da elite. Segundo o jornalista:

não é fruto do acaso. É resultado lógico da crise da família, da educação permissiva e do bombardeio de uma mídia que se empenha em apagar qualquer vestígio de valores objetivos. Os pais da geração transgressora têm grande parcela de culpa. Choram os desvios que cresceram no terreno fertilizado pelo egoísmo e pela omissão. Compensam ausência com valores materiais. O delito não é apenas reflexo da falência da autoridade familiar. É agressão, um grito de carência. A pobreza material castiga o corpo, mas a falta de amor corrói a alma” (Jornal Estado de Minas, 14/10/02).

Nas falas dos jovens também percebemos que uma das razões do seu envolvimento com a violência está relacionada à negligência dos pais.

Esses envolvimento em brigas estão pesando por falta de acompanhamento em casa e do colégio. Toda instituição deve assumir sua responsabilidade para evitar essa realidade de violência entre nós (jovem de 19 anos).

Observando os depoimentos dos jovens, percebemos que os pais presentes, comprometidos com a educação dos filhos, não estão isentos de verem seus filhos envolvidos e até integrados às galeras violentas. Mas se há de fato um acompanhamento dos pais, diálogo, proximidade, companheirismo e estabelecimento de limites, a influência do grupo de amigos nos momentos difíceis, mesmo que significativa, não será a única referência. E diante da necessidade de resolver situações conflituosas, a opinião dos pais terá tanto peso quanto a opinião do grupo.

No encarte do jornal “Correio Brasiliense” sobre o tema “Juventude Ameaçada”, que trata especificamente da violência entre os jovens de Brasília, temos o depoimento de uma promotora de justiça Selma Sauerbroon. Ela aborda justamente a influência do grupo e o

medo do jovem de ser rejeitado, ao dizer “não” para os amigos, mesmo quando não concorda com a decisão deles. Segundo a promotora, pais presentes certamente fazem a diferença, quando os filhos se encontram no dilema entre ouvir a turma que pratica a violência e seguir a sua individualidade.

Falhas na educação são apontadas por Selma Sauerbronn para justificar o comportamento agressivo de uma parte da juventude em geral. Ao entrevistar os menores infratores de classe média e suas famílias, é comum a promotora se deparar com argumentos como “olha, são maravilhosos, bons alunos, bons filhos...” O problema, diz ela, é que nunca foram preparados para dizer “não” nem para tomar uma decisão diferente da imposta pelo grupo. O ônus de não aceitar a imposição do grupo significa para o jovem ficar isolado. E poucos conseguem entender que, se forem rejeitados por um grupo, serão aceitos por outros. (Lambarch, F, Ceratti, M e Arrais, C.H Da equipe do Correio Brasiliense, 27/10/2002)

3.3 – O laço afetivo das galeras

A formação das galeras está estruturada no laço afetivo e na confiança que um membro nutre pelo outro. Os jovens se aproximam depois de passarem a conviver no mesmo espaço por algum tempo, se testarem até descobrirem que possuem interesses comuns e, de alguma forma, identificam-se em algumas coisas.

Ao contrário das gangues, nas galeras não é preciso um ritual de iniciação para ser um integrante. Elas são formadas a partir da convivência dos jovens nos bairros, nas escolas, academias de musculação, nos clubes etc. A aproximação das pessoas acontece naturalmente através das idéias que elas têm em comum, o gosto por um determinado *hobby*, a condição financeira, o estilo de vida. Há galeras que se agregam pela condição financeira. Os jovens que se destacam academicamente excluem aqueles desinteressados pelos estudos. Os considerados “nerds” são marginalizados pela galera que gosta de esporte. É preciso tempo para escolher uma galera e ser considerado parte dela. Um integrante novo percebe se está no lugar certo, se descobrir que tem afinidades com o grupo. Caso contrário, procurará outro.

Quando eu cheguei no colégio, eu andava com um grupo antigo. Não andava com a turma do colégio, mas trocava idéias. Aí quando eu briguei com um cara (do antigo grupo) e não briguei de brigar, briguei de discutir com ele, nossas idéias meio que travaram, foi quando eu conheci os outros meninos. Todo dia eu os via no colégio, cumprimentava, conversava. Mas aí eu comecei a andar com eles mesmo. Eles tinham uma idéia que batia comigo e tal e tinha um negócio comum, que chama a atenção, que atrai um para o outro e fica unido. É como se fosse um namoro (Jovem de 15 anos).

Nenhum grupo se mantém, se não houver fidelidade entre os seus membros. É por isso que os jovens destacam a lealdade entre eles como a característica mais apreciada. Ninguém

pode “dedar” e nem caluniar o amigo. Entregar o outro ou caluniá-lo são atitudes imperdoáveis. A lealdade é uma “regra de ouro”, não está escrita, é uma ética entendida pela convivência e impõe-se nas ações dentro da galera. Traída a confiança por um membro, desfaz-se a aliança deste com o grupo.

Segundo Putnam (1996:178), os grupos são sustentados na cultura da confiança: “Confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você”. A regra do jogo dessa rede é a credibilidade no outro. O não-cumpridor de suas obrigações perde a credibilidade dos demais. A confiança promove a cooperação, a cooperação gera a confiança. Não é uma confiança cega. Implica uma previsão de comportamentos de um ator independente. Espera-se que a pessoa em quem foi depositada a confiança aja de uma maneira esperada.

O jovem, antes de fazer parte definitivamente da galera, é considerado “chegado”. É aquele que tem idéias parecidas, fala a mesma linguagem, tem interesses semelhantes. “O chegou é o cara que está na transição entre desconhecido e amigo. É uma pessoa que você ainda não leva para dormir na sua casa”. É diferente do “folgado” que é um “escroto”, “babaca”, “tira e brinca” com a cara dos outros.

Como vimos acima, os laços entre os membros são tão fortes que um jovem comparou seu relacionamento com os membros da galera a um namoro.

por exemplo quando você conhece uma menina, gostou das idéias da menina, gostou da menina, a menina gostou de você, vocês vão ficar juntos. É tipo nós assim, um gosta do outro, não tem como explicar direito. Gosta, gosta. Morreu! E as idéias batem. (jovem 15 anos).

Há, dentro das galeras, níveis de amizade e de envolvimento no grupo. Diniz (1987), baseada em Yablonsk, identificou três níveis de relacionamento entre os grupos, a partir de suas pesquisa sobre pichadores de rua. A autora definiu três círculos concêntricos nas relações dos pichadores.

No mais central estariam os “core members”, adolescentes que trabalham para colocar o grupo unido e em ação. Eles são o centro das atividades. Um segundo círculo, composto por membros que têm uma filiação ao grupo, mas que possuem uma participação descontínua. E um terceiro círculo, composto por membros periféricos que têm participação ocasional nas atividades do grupo. (Diniz, 1987: 14 e15).

Nas galeras de jovens da classe média encontramos uma estrutura semelhante. Há nas galeras um núcleo central, que é formado por algo entre 7 a 10 membros, que têm um contato quase diário, viajam juntos, saem para barzinhos, freqüentam as casas uns dos outros, são

conhecidos pelos familiares. São aqueles que dão as diretrizes, definem os lugares para onde vão. Junto a esse núcleo estão outros jovens, são conhecidos do bairro, da escola, do clube, encontram-se nas festas e o contato é esporádico, não há um laço afetivo estreito. São considerados os “chegados”. E há um outro nível, o terceiro círculo concêntrico, que é o ocasional. São jovens de galeras diferentes que se unem para fazer frente a outros grupos, mas não mantêm qualquer tipo de relacionamento próximo. É importante para as galeras terem os aliados, aqueles que fazem parte do terceiro círculo concêntrico. Isso mostra força e prestígio. Ninguém vai querer encarar uma galera que tenha muitos aliados, e os jovens se sentem seguros ao poder contar com outros grupos.

Aqueles que são muito próximos, quase irmãos, são sete pessoas. Há outros amigos que encontramos, mas não são tão amigos assim. O grupo pode chegar a 25 pessoas. Há pessoas que só se encontram nas festas e lá começam a trocar idéias (jovem de 15 anos).

Todo mundo sempre tem um primo, um vizinho, um amigo de futebol que são colegas, que por sua vez têm outros colegas, então se você está em uma festa e tem uma briga com uma outra galera, naquela ocasião eles vão entrar (jovem de 21 anos).

3.4 – O lado sedutor das galeras

As galeras violentas exercem sedução sobre os jovens. Fazer parte ou estar junto de uma delas é sinal de poder. Pertencer à galera significa ter alguém com quem conversar, pessoas para saírem juntas, é tornar-se cúmplice nas transgressões e nas brigas, garantir emoções fortes e atrair a admiração dos outros.

Barreto (1997:2) aponta cinco fatores que tornam sedutoras as gangues das periferias pobres. Primeiro, a garantia de ter toda semana uma dose de curtição e de prazer, através de emoções fortes vividas pelos seus integrantes. Segundo, ter aventuras, liberar adrenalina, entrar no confronto físico com outros jovens, enfrentar seguranças de festas, fugir da polícia. Terceiro, a gangue dá sentido à vida dos seus integrantes, fornecendo-lhe proteção, tirando o jovem da solidão e do ostracismo. Quarto, a ação conjunta dá sensação de poder. Sozinho não é possível enfrentar ninguém, e, no grupo, há respaldo, cumplicidade que torna o indivíduo poderoso. Por último, o grupo oferece destaque social. Após os confrontos e as aventuras, há sempre algo para contar e outros jovens para escutar, admirar e seguir o mesmo caminho. Esses fatores, que Barreto considera como sedutores em uma gangue, podem ser considerados como componentes de sedução das galeras violentas de classe média.

Não se questiona o fato de que a violência praticada por grupos juvenis que usam drogas, espalham o medo, a insegurança, picham muros, confrontam-se com grupos rivais, colocando suas vidas e a de outros em risco é destrutiva, antiética e provoca reações da sociedade. Por outro lado, não podemos desconhecer a dimensão aglutinadora da galera, que traz benefício, *status* e reconhecimento, mesmo que seja para o grupo fechado. A galera fornece aos seus membros integração, sentimento de pertença a uma comunidade, referenciais de amizade, de disciplina, solidariedade, embora restrita ao grupo. Há estudiosos que encontram positividade na violência das galeras. Os jovens, quando se integram a uma galera ou gangue, estão procurando um eixo emocional e social. Para Takeuti (2001:5), “A galera, a turma de rua, o grupo de jovens (torcidas organizadas, punks, funks, carecas,...) seriam todos um lugar de tentativa de regulações social e psíquica”. Segundo a autora há estudos acadêmicos

que chamam a atenção para a positividade da violência juvenil (orientadas pela perspectiva foucaultiana sobre a microfísica do poder), enquanto elemento que aglutina, cria e inventa novas relações e que participa da formação de novas redes de sociabilidade e de micropoderes, de práticas de solidariedade fechadas (Diógenes, 1998:89). Numa mesma ótica, Souto (1997:76-85) defende que o funk é um lugar em que se verifica o reforço de valores da amizade, de união, de fraternidade, como também um lugar de investimento na integração social, como antídoto para a violência. Efetivamente, nesse heterogêneo mundo de manifestações juvenis, há numerosas versões norteando as experiências e as práticas dos jovens, desde aquelas em que as pulsões destrutivas exprimem-se por meios de mecanismos simbólicos, até as que se exprimem pela passagem ao ato. (Takeuti,2001:7).

Para Diógenes (1998:89),

Estudos mais recentes a respeito da violência reportam-se ao que se poderia denominar “positividade” e “construtividade” (Rifiotis, 1997; Mafessoli, 1987) da violência. Obviamente são vários os desafios que se colocam para que se gestem formas diferenciadas de estudar as tramas da violência que se espraiam nas grandes cidades.

Takeuti e Diógenes apontam a positividade da violência juvenil tendo como ponto de partida os jovens moradores das periferias pobres que entram nas galeras ou nas gangues e nelas encontram um referencial.

Eles sentem que, para se protegerem das violências sociais, necessitam desenvolver certos mecanismos de sobrevivência emocional e social, para além da sobrevivência material. Assim lançam-se à busca de espaços, de meios e de signos que os façam conquistar a sua própria auto-estima, de modo a “safarem-se” da situação de inexistência social e de sorte a por fim ao seu sentimento de nadição (Takeuti, 2001:4).

Pode-se afirmar que as “galeras” expressam a face mais visível de vivência de uma solidariedade local, em contraposição a um amplo processo de produção e circulação de referentes globais. Entende-se por solidariedade local um modo de produção da idéia de unidade do grupo, de coesão entre seus membros referenciados por limites territoriais restritos. Essa forma de exercício da solidariedade é constituída por meio de referentes coletivos que se “enclausuram” no interior do próprio grupo, rejeitando a idéia do diferente, como uma ameaça ao equilíbrio do grupo. Desse modo a idéia de homogeneidade, dentro da gangue é recorrentemente ressaltada em contraposição à exacerbação da ameaça projetada em torno da idéia do estrangeiro (Diógenes, 1999:174).

Já vimos que os grupos estão estruturados no interesse dos seus membros (Olson,1999), na ligação afetiva e na confiança (Putnam,1996). Nas considerações de Diógenes e Takeuti surge mais um elemento que aglutina as pessoas em grupo, que é a solidariedade. Mas, de que solidariedade estamos tratando quando nos referimos à formação dos grupos?

Segundo Araújo (1993), o senso comum associa a solidariedade a gestos de ajuda humanitária, assistencialista, como a esmola das classes médias em favor das camadas desfavorecidas da população. No entanto, numa “dádiva” momentânea, distante e impessoal, aos sujeitos carentes, o coletivo de “doadores”, em geral, não partilha com o coletivo de “receptores” elementos identificatórios (social, ideológico, cultural, estético etc.). Assim, continua-se a guardar, em relação aos desfavorecidos, o mesmo lugar de distanciamento, anterior à “esmola”. Nesse sentido, se não há reciprocidade ou troca entre esses dois coletivos ou grupos, não haveria tampouco relação de solidariedade entre eles. Para o autor, no caso dos mutirões assistenciais, por exemplo, os traços identificatórios, a representação de um “nós” e, portanto, a solidariedade, só existiria no interior do coletivo dos “doadores” (nós que sabemos quem somos, nós que somos generosos, nós que doamos algo a “eles”). Para este autor, podemos falar de solidariedade tanto na experiência comum de um sentimento de fragilidade, diante de uma ameaça, uma angústia ou uma dor comum, quanto

quando se trata de partilhar a crueldade, a dominação, a discriminação, a xenofobia, o racismo. Quero dizer: a solidariedade existe também a partir de mecanismo coletivos, associados a sentimentos e comportamentos destrutivos, a-sociais. Isso acontece, por exemplo, na economia, quando grupos econômicos (os cartéis da indústria ou de serviços) se unem para consolidar seu monopólio ou sua exploração, em relação aos concorrentes ou aos consumidores. Ou quando os membros de uma gangue se “solidarizam” para agredir alguém, para assaltar ou roubar, para queimar um índio ou um mendigo. (Araújo, 1993)

No caso de grupos como as gangues, máfias e outras organizações violentas, o autor fala ainda de uma solidariedade instrumental, baseada em um pacto pontual e frágil, no qual as relações de amizade e confiança são descartadas: “há uma solidariedade e uma fidelidade

obrigatórias, baseadas no terror (Sartre), entre os membros de toda organização estruturada na violência” (Araújo, 1993).

No caso de nossa pesquisa, podemos dizer, em relação aos jovens das galeras violentas, que é a solidariedade instrumental que os move inicialmente, na formação dos grupos. Nos depoimentos desses jovens constatamos que as galeras os seduzem, na medida em que respondem aos seus interesses individuais de ter poder, conquistar as mulheres, ocupar um lugar de destaque entre os outros jovens, receber proteção do grupo. Só no segundo momento defendem os interesses comuns.

Muitas vezes os jovens fazem parte de uma galera para não se sentirem isolados, e na galera os jovens encontram uma sensação de poder, pois quanto maior o grupo, mais confiantes eles ficam em relação às brigas, porque na lógica, um grupo maior ganha de um grupo menor” (jovem de 17 anos).

3.5 – A territorialidade como espaço geográfico e social

Os jovens das galeras não estão sempre juntos, não estudam necessariamente na mesma escola ou moram na mesma rua ou bairro. Eles elegem um espaço como ponto de referência para se encontrarem, após cumprirem suas tarefas, que tanto pode ser uma rua, um prédio onde mora um dos colegas, um “postinho”, uma praça. Nesses espaços, eles “trocam idéias”, compartilham suas dificuldades e alegrias, planejam suas saídas, fortalecem os laços afetivos. Esses locais não são fixos e nem definitivos. Ora estão em uma praça, ora na esquina de uma rua, mas sempre elegem um lugar como referência. Esses espaços são demarcados e não é permitido que outro grupo os ocupe. A intromissão é entendida como “criar caso”.

Existem também territórios comuns. São espaços “democráticos”, onde as galeras podem se exhibir. Na Região Sul, a praça da Savassi é o “point” para o qual se dirigem as galeras, principalmente às sextas-feiras, após o meio-dia. É um lugar geograficamente estratégico, por ser um ponto comercial e distante das residências, por oferecer opções de lazer como barzinhos, lanchonetes, boates, por estar próximo de escolas consideradas da elite. Mas esse espaço de cordialidade pode ser palco de conflitos. O que está em jogo, muitas vezes, nesses confrontos, é um acerto de contas entre galeras que deixaram pendências com relação a brigas anteriores.

Brigar em locais como a Savassi, mesmo que este seja um espaço neutro, freqüentado pelas mais diferentes galeras, significa também se destacar, uma vez que o confronto será visto por muitos jovens e possibilitará à galera sair do anonimato.

Diógenes aborda também a territorialidade das gangues de Fortaleza-CE, apontando o rompimento destas com o limite geográfico.

A territorialidade das gangues é móvel, cambiante, rompendo os limites físico-geográficos dos bairros de periferia. Ela segue o fluxo e as “linhas de fuga” das metrópoles modernas. A territorialidade das gangues pressupõe uma movimentação cuja finalidade é tentar transpor a noção de anonimato e, concomitantemente, evitar os choques que ritmizam o cotidiano das grandes cidades (Diógenes, 1998:148).

Segundo Jankowski (1997), todo grupo é sempre, de alguma maneira, demarcado por um território, e o que diferencia uma organização de outra é o território que ela tem como base. Nesse sentido, o autor faz uma diferença entre “território físico”, que está ligado a um espaço geográfico, e “território social”, que está relacionado à classe social e ao status social.

(...) Há outros grupos que convergem para o território da classe social ou do status. Grêmios, irmandades e outras associações concentram-se em torno de pessoas que ocupam determinados territórios de status social na sociedade (Jankowski, 1997:28).

Os territórios das galeras da Zona Sul podem ser reconhecidos principalmente a partir do seu território social. Os jovens distinguem-se pelo seu poder aquisitivo, os grupos podem ser formados a partir dos diferentes lugares sociais que freqüentam, como a escola, o bairro, as academias, os espaços de lazer e festas.

Existem galeras conhecidas justamente devido às brigas que provocam. Vão às festas apenas para brigar e demarcar seu espaço. A galera que tem um melhor desempenho nos confrontos se destacará. Por isso terá o reconhecimento dos outros jovens e se tornará visível principalmente para as mulheres. Daí a razão de as galeras estarem sempre se enfrentando: para ver qual é a melhor, a que mais se sobressai. Ser reconhecido pelas brigas vencidas significa demarcar um território de *status* social, em qualquer lugar da Região Sul, e ser respeitado pelas outras galeras

Todas as festas que a gente vai, tem um povo brigando com outro. E a gente sempre conhece nem que seja de vista ou de ouvir falar que o povo tá brigando. Tipo como se fosse uma cidade pequena. Todo mundo meio que conhece todo mundo, ou já ouviu falar de todo mundo (jovem de 15 anos).

3.6 – A violência nas galeras

Em alguns contextos ou situações, a violência aparece de forma distinta, mas é sempre gratuita. Ela é por si só acontecimento expressivo, sem objetivo e, geralmente contagiante. A decisão de brigar já está tomada antes mesmo de se encontrar um motivo. Procura-se apenas

um pretexto. Se não o encontram, os jovens provocam. O importante é o espetáculo da violência que enaltece o lutador, torna-o admirado e contagia os espectadores ávidos de emoções.

Casos de brigas entre jovens também levam à morte, e eles sabem disso. Um jovem entrevistado falou de sua tristeza e da de sua galera, ao saberem que um dos seus amigos feriu um jovem de outro grupo, golpeando-o com uma garrafa na cabeça, causando-lhe a morte. Jamais poderiam prever que uma situação assim acontecesse com alguém do seu grupo. Na briga, há o desejo de mobilizar o outro e, até, desmoralizá-lo. Mas não há a vontade de tirar a vida de ninguém ou deixar o adversário com seqüelas profundas.

Em Fortaleza, dois jovens lutaram até a morte de um deles. Foi um espetáculo trágico. Após um desentendimento por causa de uma menina, os jovens se enfrentaram em frente a uma escola de classe média. Os colegas abriram um círculo e deixaram que os dois lutassem. Ninguém poderia intervir na briga. Um golpe de Jiu-jitsu, conhecido como “mata leão”, que tem como finalidade apenas deixar o adversário imobilizado e desacordado, foi aplicado de forma imprecisa, levando à morte de um dos lutadores. Nesse caso, tanto os lutadores quanto os espectadores queriam emoções, queriam saber quem se tornaria “senhor e quem seria o escravo”. Ninguém no grupo parece ter sido suficientemente racional para “apartar” a briga, ou, se alguém o foi, impediram-no de agir de maneira civilizada. Como esse acontecimento de Fortaleza, sabemos de diferentes casos, em diferentes lugares do Brasil, em que os jovens de classe média se enfrentam até as últimas conseqüências.

Diógenes (1998:165) recorre a Dubet (1987) para traçar uma diferença entre a “violência instrumental” e a “violência gratuita”. A violência instrumental está articulada a um objetivo, a uma finalidade, como a tomada do poder, a defesa frente a uma injustiça. A violência gratuita, ao contrário, não se apresenta como um meio, “não tem uma natureza estritamente instrumental; a violência é por si só o acontecimento, expressivo e sem objetivo”. A violência praticada pelas galeras pesquisadas insere-se na consideração da ação violenta gratuita, sem objetivo.

3.7 – A consciência do risco

Nota-se nas entrevistas que o confronto entre as galeras tomou proporções mais violentas. Até mesmo o costumeiro confronto braçal se tornou mais violento, à medida que os golpes ficaram mais precisos e fortes devido aos treinos exaustivos nas academias legais e em academias ilegais montadas, muitas vezes, na casa de um integrante da galera. Há jovens que montam verdadeiras academias em casa, contratam professores e treinam junto com os

membros da galeras. Também tornou-se comum a utilização de instrumentos (armas, garrafas, paus) nos confrontos.

De uma forma ou de outra, o aumento e a sofisticação da violência foram sentidos pelos integrantes das galeras. O fato de o uso de armas ter se inserido nos conflitos faz com que os jovens pensem duas vezes antes de brigar. Mas isso não os impede de brigarem.

A gente brigava às 5 horas da tarde. Nessas brigas, você corre o risco de ter alguém com um revólver, uma faca. Todo mundo já usa artifício para aumentar sua ação” (jovem de 21 anos).

A briga não é mais na mão, é com garrafa, faca, revólver. Ninguém resolve as coisas no diálogo, na paz. É só na briga. Hoje em dia não está tendo conversa, é na porrada” (Conclusão de um jovem na entrevista com uma galera).

Observa-se que houve uma perda da noção da gravidade de atos que são perfeitamente previsíveis. Há uma demora em se reconhecer que os confrontos são irracionais e inconseqüentes. Só depois de algumas experiências negativas é que parece haver uma tomada de consciência.

Muitas vezes, o fato sério que ocorre com um membro da galera faz com que todo o grupo repense as atitudes. E o arrependimento de atos cometidos acontece quando os casos têm desdobramento nas delegacias ou acarretam lesões corporais sérias, e os jovens passam a refletir sobre as conseqüências das suas condutas. Nos confrontos, a raiva, o desejo de destruir o outro que é uma ameaça, faz com que se perca a noção da gravidade dos atos. Só depois de algumas experiências negativas e muita demora para reconhecê-las é que eles tomam consciência de que os confrontos são irracionais e inconseqüentes.

A galera juvenil é por excelência, o lugar da ação e menos da palavra; é o lugar da atuação, do *agieren*, da passagem ao ato, do agir sobre o instante. Pode-se ver nessas condutas juvenis uma forma de sensibilidade onde o corpo ganha privilégio. Participação privilegiada do corpo, enquanto uma linguagem, contendo uma força e lógica própria, que tenta escapar à racionalidade, até então, pretensamente dominada pelos homens (Takeuti, 2001: 6).

3.8 – O poder e a liderança na galera

As lideranças nas galeras surgem de maneira informal. Diferentemente das gangues e das quadrilhas, as galeras não têm um líder constituído que exerce poder sobre os elementos do grupo. A liderança surge de maneira informal e não há preocupação quanto a apontar um líder. Não faz parte da preocupação das galeras apontar um líder. Perguntou-se aos grupos

como se dava a relação de poder. Os jovens foram unânimes em dizer que não há uma liderança, mas reconhecem que alguns jovens se destacam. A liderança é transitória e aquele que está em maior ascensão na turma torna-se o representante do grupo.

Para se destacar na galera e ser um líder, mesmo que informalmente, é necessário ter um bom discurso, saber conversar, saber defender-se, dentro do grupo, das disputas internas e superar a “zoação” (brincadeira que pode ser ou não depreciativa). “É natural a liderança dentro da galera. Em todo lugar vai surgir um líder. Não é pensado” (jovem de 19 anos)

Por outro lado, se um membro for humilhado em um determinado momento e não souber reagir, superando a humilhação, ficando magoado, mostrando-se frágil, ele não se destaca para liderar. Muitas vezes, torna-se até marginalizado no grupo e afasta-se. O líder se mostra superior para que os outros o respeitem e espelhem-se nele.

Pela forma de ser líder, podemos perceber a característica da galera. Há o jovem que se torna líder de uma galera por ser influente, saber conversar, se destacar na escola e ter trânsito e respaldo entre outras galeras. Isso o torna conhecido, e é difícil provocar a galera dos jovens que contam com outras galeras.

Uma outra característica do líder é ter um bom desempenho no confronto com as galeras rivais. Líder é aquele que sabe bater. As galeras que se especializam em lutar costumam intimidar as outras. “Você só entra em uma briga se estiver garantido!” Uma galera que não se caracteriza especificamente pela luta, mas costuma provocar desentendimento, corre, literalmente, com medo de uma galera de valentões que se especializaram em alguma luta marcial. Normalmente, o confronto é um acerto de contas de “tretas” que já aconteceram e não foram solucionadas. Uma galera que “saiu em desvantagem” em uma briga anterior, ou porque estava em número pequeno ou porque os membros do grupo adversário lutavam melhor, une-se a outras galeras para poder revidar. A marca principal dessas galeras é o “espetáculo da violência”. O confronto entre elas torna-se incontrolável. Causa pânico, as pessoas se afastam com medo. Os jovens que brigam não ouvem e nem respeitam ninguém. Se estiverem em uma festinha, desconhecem as famílias, os adultos, os seguranças, os amigos que querem amenizar o confronto. Só a presença da polícia pode inibi-los.

3.9 – Os focos de provocações e tensões entre as galeras

É comum os jovens procurarem espaços diferentes para conhecer e fazer novas amizades. Eles são “nômades”. Estão sempre em busca do lugar da badalação, do barzinho ou da boate nova. Estar nesses locais, fazerem-se notados, exibirem-se através do corpo, da roupa que vestem, fumar, tomar uma cerveja, jogar um flerte, “ficar” sem o compromisso de

namoro, transitar de um lado para o outro com o objetivo de ocupar, como se fosse possível, todos os espaços, são formas de se portarem, quando estão em grupos. Há também o outro “lado da moeda”, que são os focos de tensão e provocação. Nas entrevistas, foram destacadas três provocações que podem desencadear brigas entre as galeras: encarar o outro, a disputa de mulheres e a demarcação de territórios.

Várias brigas são iniciadas a partir da troca de olhares. “Ficar olhando para o outro durante algum tempo é interpretado como ofensa” e pode significar depreciação do porte físico do outro, da roupa que está usando, desaprovação da maneira de ser e de agir. Muitas vezes, o olhar não representa qualquer provocação, mas, na dúvida, as galeras sempre o consideram como ofensa e querem se certificar.

Talvez o neguim, cada um é diferente, foi lá olhou para você e nem foi por maldade, foi um olhar, aí você já pergunta: por que você está me olhando, e tal? E já vem querendo brigar. Talvez uma coisa que para ele não esteja querendo te incomodar, está te incomodando. Tá te incomodando e outro não sabe. (galera de jovens entre 15 e 17 anos).

Ter a namorada, a ex-namorada ou as amigas assediadas por membros de outras galeras é também motivo sério de briga. As galeras têm características machistas. Nenhum grupo entrevistado apontou a presença de mulheres nas galeras. A relação delas com o grupo está relacionada a uma dimensão afetiva da amizade, do namoro, do “ficar” ou ter um “rolo”. Em alguns relatos, as mulheres foram apontadas como objeto de desejo. Elas saem com as galeras apenas em algumas ocasiões e costumam encontrar-se nas festas. As meninas mais imaturas “gostam de aparecer com homens poderosos”, e isso os motiva a brigarem, com a finalidade de conquistá-las. Apesar de serem motivos das brigas, elas nunca se envolvem, a não ser para apartar.

As mulheres não entram na galera, com pouquíssimas exceções, mesmo porque quando você está numa festa tem gente que lembra pouco de menina, deixa-a no segundo plano e quer ficar com a galera dominando ali como se fosse seu território. A menina não participa da galera, não é membro da galera, ela namora alguém da galera. Quando chega no momento de concentração da briga, tentam tirar as meninas de perto. (jovem de 21 anos).

Pode acontecer de uma jovem que está com seu namorado ser assediada por outros jovens, que chegam provocando. Situações como essas terminam em brigas. O livro “Fala Galera”, que traz uma pesquisa sobre a violência entre os jovens do Rio de Janeiro, mostrou a problemática de algumas academias de jiu-jitsu que preparam os jovens para a briga e não

para o esporte. E a razão freqüente da luta corporal dos jovens que praticam o jiu-jitsu está relacionada à disputa por mulheres (Minayo, 1999:53).

Chegam na festa, tem um cara com a namorada e um deles cisma com a namorada do cara. E o cara, homem, reage. Vai e apanha de trinta. Não tem como fazer (Minayo, 1999:53).

Pode-se observar, de forma exacerbada, nas diversões mais agressivas da classe média, expressas por meio da luta do jiu-jitsu, e nas das camadas populares, por meio do baile funk, em que o pretexto é a competição por mulheres. Nos casos citados, elas entram no jogo, um jogo que tende a reafirmar o machismo e a submissão (Minayo, 1999:60).

Conclusão semelhante aparece no livro *Juventude, Violência e Cidadania* (Waiselfisz, 1998:42).²

As gangues entram em competição para ver quem é a mais forte, quem tem mais poder e quem sabe bater mais: (...) *quem bate mais tem mais ibope com as mulheres*” (entrevista grupo de alunos/as de escola particular). Os membros das gangues desenvolvem sua força física por meio de práticas de luta, tais como o jiu-jitsu, e se utilizam dessa força em brigas, muitas vezes sem razão aparente. *É sempre por besteira. Se o cara olhou para a minha namorada, todo mundo já quer brigar. Acaba brigando e todo mundo vai junto.* (p.42).

Mas nem todas as brigas são uma demonstração de força para atrair as mulheres. Alguns entrevistados não vêem como mérito conquistar as jovens através da demonstração de força. Muitas garotas que têm uma relação afetiva com um componente de galeras são contra as agressões físicas e até impedem as brigas. Quando um membro de uma galera tem um compromisso com uma garota, ele, muitas vezes, afasta-se do grupo.

Brigar para agradar uma menina, isso para mim não existe. Mas quando estando numa turma e se destacando naquela turma, com certeza existe sempre uma turma de menina correspondente e que vão sempre estar dando atenção. E você vai ter um maior destaque para elas. Tem meninas que gostam de caras brigões, mas graças a Deus são poucas. As meninas, a maioria recrimina e inibe a briga. Dá uma segurada nos caras brigões. Quando tem uma namorada, o cara pára de brigar. Ele circula menos (jovem de 21 anos).

As provocações através dos “olhares atravessados”, da disputa por mulheres, a demarcação do território “evoluem” para as xingações, esbarrões e, por último, enfrentamento físico. Essas motivações são consideradas por jovens de galeras que não se envolvem com

² No livro os grupos de jovens de classe média violentos são conhecidas como gangues . “Galera é uma turma de amigos que costumam sair juntos para se divertir. Gangue sai com o propósito de cometer algum tipo de delito.” (Waiselfisz, 1998:42). Essa discussão já foi realizada quando tratamos no capítulo I os conceitos de gangue e galera.

brigas como “banais”, “ridículas”, “bobas”, “idiotas”, “estúpidas”, de pessoas que têm “cabeças vazias”, “cegos” com relação ao objetivo de vida”.

As galeras violentas têm características semelhantes, brigam apenas entre si, “entre os iguais”. As galeras da turma do teatro, dos movimentos políticos, religiosos, de organizações solidárias não se enfrentam com as galeras violentas, pois seus objetivos estão além do grupo do qual fazem parte. Eles têm um compromisso com uma causa religiosa ou cívica. E mesmo que sejam provocados, resolvem de uma outra maneira que não seja o confronto físico.

Para as galeras que brigam ou apreciam ver os confrontos, as provocações são desafios para testar a valentia e a masculinidade e uma oportunidade para revelar quem é o mais forte, qual a melhor galera e para estabelecer-se territorialmente. Não responder às provocações é ter a honra e a masculinidade colocadas à prova, é “pagar pau”. Em alguns circunstâncias, contrariando os depoimentos de que não se entra em uma briga que é considerada perdida, vale mais sair derrotado, desmoralizado no confronto braçal e espancado do que recuar diante do insulto.

3.10– Estimulantes da violência: maconha e álcool

Nos últimos anos, vem-se constatando o aumento do uso de drogas entre os jovens. A droga mais consumida é a maconha. Um levantamento feito pelo 22º batalhão da Polícia Militar, que responde pela Região Sul de Belo Horizonte, aponta, no período de janeiro a julho de 2003, 326 registros de adolescentes (de todas as classes sociais) envolvidos com drogas, enquanto durante todo o ano de 2002 foram feitos 573 registros.

Há uma resistência das galeras em falar dos integrantes que usam maconha. Mas os jovens entrevistados não negaram que a maconha é utilizada pelas galeras. Ressaltaram, entretanto, que nem todos os membros das galeras de brigões fazem uso de droga.

Segundo alguns entrevistados, a maconha está no “convívio de todo mundo. O grosso é passado dentro das próprias casas dos jovens, que é o lugar mais seguro”. Essa afirmação, entretanto, não foi confirmada por outros jovens. Concordaram que as drogas também são passadas dentro das casas, mas consideraram um exagero a afirmação de que o “grosso” das drogas seja passado lá.

Um jovem revelou que fez um levantamento entre os amigos, todos pertencentes à classe média, e concluiu que, por curiosidade, 70% dos jovens de seu convívio (que fazem parte de galera ou não) já haviam experimentado maconha. Isso é um indicativo de banalização da maconha, que, aparentemente, é consumida em qualquer festinha.

Segundo um relatório realizado por uma assistente social do Juizado da Infância e da Juventude sobre os jovens de classe média que estão em cumprimento de medida sócio-educativa de liberdade assistida, no ano de 2002, dos 12 casos acompanhados, entre jovens de 14 a 18 anos, todos tiveram envolvimento com drogas, principalmente a maconha. Desses casos, dois começaram a fazer uso de droga a partir dos 13 anos de idade.³

No entanto, não é a maconha que os deixa mais excitados para brigar. O álcool é mais estimulante.

“A bebida provoca mais briga. Além de você não ter muito controle, você se sente poderoso”. Normalmente os jovens, quando bebem, perdem seus limites, sentem-se mais seguros, tornam-se mais violentos e destemidos. Até mesmo os mais tímidos são levados a tomar posições que jamais tomariam se estivessem lúcidos. Movidos pela embriaguez, são capazes de “tirar” a garota do outro ou provocar um membro de outra galera. A maconha, por sua vez, pode ter um efeito tranqüilizante. Contudo a mistura dessas substâncias pode levar o usuário ao delírio, ao “êxtase” e também a caminhos perigosos.

Waiselfisz (1998:35) acredita que o uso da droga não está relacionado à violência, e sim, ao tráfico. É no mínimo, arriscado estabelecer relação mecânica de causalidade entre consumo de droga e violência. O que certamente ocorre (e os jornais costumam tratar disso quotidianamente) é uma relação direta entre violência e comercialização de drogas. No circuito do tráfico, com uso de armas cada vez mais sofisticadas, conflitos violentos acontecem quase todos os dias.

(...) Eu uso drogas e sou a pessoa mais da paz do mundo, eu não tenho coragem de pensar em matar uma mosca. A pessoa é ruim, é ruim. Se você tem isso na cabeça, a droga só vai fazer você botar isso para fora (entrevista grupo de alunos/as de escola pública; entrevista grupo de alunos/as de escola particular). (*apud* Weiselfisz, 1998.: 36).

Portanto, considerar que a maconha e o álcool são geradores de violência é cair em generalizações, a não ser que possamos nos basear em dados estatísticos resultantes de estudos criteriosos realizados com esse fim.

³ Nesse mesmo relatório temos informações sobre outras causas que levaram à medida socioeducativa de liberdade assistida, como o porte de armas e vida familiar conturbada dos jovens.

Capítulo IV – A violência entre os jovens como uma alternativa ao vazio político e existencial

Este capítulo tem como objetivo fazer uma análise sobre as galeras violentas de classe média e compreender as razões do seu surgimento. Para isso, faremos uma comparação entre a identidade dos jovens dos anos 60 e a identidade dos jovens dos anos 90 e 2000, levando em consideração o contexto histórico de cada realidade, as redes sociais que provocaram a maneira de ser e de agir dos jovens, em duas épocas distintas. Em seguida, retomaremos o conceito de “região moral” elaborado por Park (1987) para compreendermos as galeras violentas como um fenômeno próprio dos centros urbanos. E finalmente buscaremos, numa reflexão sobre ética e norma os motivos para a ação violenta e o seu crescimento vertiginoso.

4.1 – Comparação entre a identidade dos jovens dos anos 90 e 2000 e a identidade dos jovens dos anos 60

4.1.1 - Os anos 60

Os anos 60, nas diferentes partes do mundo, têm como marca o debate político, o questionamento de valores culturais, a formação de movimentos sociais. Woodward (2000), referindo-se aos anos 60, fala do surgimento de

novos movimentos sociais” que “emergiram no Ocidente nos anos 60 e, especialmente, após 1968, com a rebelião estudantil, o ativismo pacifista e antibélico e as lutas pelos direitos civis. Eles desafiaram o “establishment” e suas hierarquias burocráticas, questionando principalmente as políticas “revisonistas” e estalinistas do bloco soviético e as limitações da política liberal ocidental (Woodard, 2000:33)

Na década de 60, na efervescência do movimentos sociais, políticos e culturais, os jovens surgem como protagonistas e portadores de novos ideais. Em 17 de abril de 1965, cerca de 15 mil estudantes se aglomeraram em Washington, diante da Casa Branca, sede do governo, para exigir pacificamente a retirada das tropas americanas do Vietnã e o fim da guerra. Na França, em maio de 1968, jovens estudantes questionaram as estruturas arcaicas das universidades francesas, provocando mudanças significativas nas estruturas universitárias. Na Inglaterra, vimos surgir o fenômeno cultural *Beatles* no ano de 1962. Suas músicas, o estilo dos seus cabelos, suas roupas e até a experiência que o grupo teve com as drogas e a religião oriental exerceram grande influência sobre os jovens. O movimento hippie pregava a

não-violência e fazia oposição à sociedade industrializada e tradicional. Em agosto 1969, cerca de 500 mil pessoas se aglomeraram, enfrentando engarrafamentos, chuva, falta de comida e de água, para viver três dias de manifestação da “liberação” cultural, sexual e política, no Festival de Música e Artes de Woodstock, na cidade de Bethel, em Nova York. Entre os artistas que se apresentaram, estavam Jimi Hendrix e Janis Joplin.

No Brasil, temos a juventude, particularmente a de classe média, engajada em organizações estudantis que lutavam por mudanças políticas e davam sinais de uma nova cultura juvenil. O movimento dos estudantes brasileiros estava inserido num contexto mundial, mas com características próprias. Arendt (1985:9) já dissera que “a rebelião estudantil é um fenômeno global, mas suas manifestações variam, certamente de um país a outro e com frequência de uma universidade a outra”.

4.1.2 – Organizações juvenis dos anos 60 aos anos 90

Os jovens que entraram nas universidades brasileiras foram os protagonistas das manifestações sociais, culturais e políticas que aconteceram no Brasil dos anos 60. Entre os anos de 1960 a 1971 houve um crescimento de mais de 500% no número de alunos matriculados nas universidades em todo o Brasil. Em 1960, havia 142.386 universitários; esse número chegou a 561.387 em 1971 (Mische, 1997:141). O que fortaleceu a organização estudantil foi o intercâmbio dos universitários dos diferentes cantos do País, organizando-se em torno de ideais comuns. A princípio, o que os motivou à organização foi o descaso do Estado com as universidades. Ao mesmo tempo em que abriu espaço para o acesso ao ensino superior, não ofereceu condições básicas para o seu funcionamento. Os estudantes, na sua maioria vindos da classe média, viram seus sonhos de ascensão e qualificação profissional ameaçados. No primeiro momento, organizaram-se pela melhoria do ensino. Essa organização expandiu-se e os jovens passaram a integrar-se a uma luta mais ampla, com toda a sociedade. Passaram a lutar por uma cultura nacional, por melhorias na educação, na cidade e no campo. Utilizaram-se de vários instrumentos como o teatro e a música de protesto, publicações em prol de uma cultura própria e até a formação extrema de grupos armados. Um exemplo do desejo da mudança social está estampado na proposta da União Nacional dos Estudantes (UNE), na cidade do Rio de Janeiro, em 1968, de criar o primeiro centro popular de cultura, como estratégia para a construção de um “cultura nacional, popular e democrática”, que atraiu jovens e intelectuais (Hollanda, 1987:9). A geração de 60, no seu projeto de mudança, foi às últimas conseqüências:

A juventude revolucionária que aderiu à luta armada era filha de uma classe média ascendente, e herdou da família sistemas de valores e atitudes que a levaram a construir um projeto de vida segundo o qual ela ocuparia, mais tarde, os postos de liderança da sociedade. Entretanto, a conjuntura de um determinado momento histórico ofereceu-lhe, como possibilidade de concretização desse projeto, inicialmente tornar-se vanguarda do movimento estudantil e, em seguida, liderança de guerrilha (Vianna, 1997:187).

Segundo Souza,

Os anos 60 pertenceram aos jovens por terem sido eles seus autores fundamentais, definindo pautas de conduta; obedecendo ávidos os ditames do consumo, transformado os hábitos sexuais, a percepção da liberdade e modificando as relações com a autoridade, recusando a formalidade e a alienação (Souza 1999:34).

4.1.3 – Anos 70 e 80 - Envolvimento dos jovens nos movimentos sociais e inserção na cultura de massa

Nos anos 60, havia uma força centrada nas mudanças sociais, políticas e culturais, uma força contestadora em relação à sociedade tradicional. Na década de 70, os valores dos jovens sofrem ressignificações. Eles passam a se organizar em movimentos culturais com estilos difusos, com estilo de vida centrado na música, no lazer e no consumo advindos do mundo industrializado. Na década de 60, a militância tinha sua referência nos princípios do materialismo histórico e nas discussões sobre a luta de classes. Nas décadas de 70 e 80, no Brasil, surgem os movimentos sociais que estão mais voltados para as questões da cidadania civil, para a vida cotidiana e para as diferenças individuais. Os movimentos sociais faziam crítica ao centralismo burocrático, ao autoritarismo e ao dogmatismo revolucionário e tinham como proposta preservar a individualidade e a convivência com a diversidade. Os movimentos são formados por uma heterogeneidade de classes, compostos por uma diversidade de atores, como as organizações de trabalhadores, os grupos em prol da moradia, os operários em comissões de fábrica independentes de sindicatos de classe, os grupos de ambulantes de biscateiros, empregados de comércio, funcionários públicos. A Pastoral Social da Igreja Católica incentiva a criação da pastoral operária, da pastoral da terra e da pastoral de comunidades nos campos, conhecidas como Comunidades Eclesiais de Base. Esses movimentos vêm substituir ou dar continuidade aos grupos políticos também formados por setores da Igreja nos anos 60, como a Ação Católica, com suas cinco ramificações (Agrária, Estudantil, Independente, Operária e Universitária), a Ação Popular (AP), que reuniu

intelectuais da competência de Hebert de Souza, o Betinho, André Franco Montoro, Pe. Henrique de Lima Vaz, além de outros.

A participação em movimentos sociais será o novo modo que a população brasileira encontrará e desenvolverá para fazer frente a um Estado modernizante e repressivo. Os espaços tradicionais da ação política vão deixando de ser locais significativos por onde passam as demandas por democracia e introduzem-se formas mais reflexivas de mobilização social (Souza,1999: 80).

As manifestações políticas e sociais que aconteceram nos anos 60 tinham à frente, principalmente, os jovens da classe média, que perceberam sua força e a influência que poderiam exercer sobre a sociedade. Nas décadas que se seguem, principalmente a partir dos anos 80 e 90, parece ter se diluído a participação dos jovens de classe média nos movimentos sociais e políticos. Se eles estavam presentes na campanha das “Diretas Já”, em 1983, talvez o seu reaparecimento mais evidente na cena política tenha ocorrido no ano de 1992, na campanha do *impeachment* do presidente Fernando Collor, quando a massa juvenil se juntou a outros segmentos da sociedade, como os sindicatos, partidos políticos etc.

Eram 20 mil jovens. Diversos os rostos. Desde os que usavam camisetas de Che Guevara até os freqüentadores de shopping centers. Estudantes pesquisadores, bolsista do CNPq, junto aos metalheiros e skatistas. Todos, revoltados, pediam o impeachment do presidente (Folha de São Paulo, 1992, *apud* Mische,1997:146).

Na década de 70, os movimentos sociais surgiram como uma forma de reivindicar direitos de cidadania. Tornam-se independentes do governo, articulam-se nacionalmente através de encontros, buscam objetivos comuns de melhorias sociais, mesmo sendo formados por diferentes categorias profissionais. Os jovens tiveram participação ativa nesses movimentos, sendo, em alguns deles, a maioria. Nos meados dos anos 80 houve um arrefecimento e desgaste no interior dos movimentos sociais. Uma das causas apontadas é a redemocratização do País, que permitiu as eleições diretas e a legalização de antigas organizações de esquerda que estavam abrigadas nos diferentes movimentos sociais.

O caminho eleitoral apresentou-se como ampliação e revigoramento de um velho canal institucional de participação política, incorporando parte significativa da energia “movimentalista” na forma de absorção de movimentos (Souza,1999 :89).

Mische refere-se às décadas de 70 e 80 como intermediárias, pois nelas ocorreram

uma série de modificações que estenderam a identidade jovem para uma parcela maior da sociedade” – entre as quais se destacam o rejuvenescimento (e monetarização) do mercado de trabalho, o aumento das oportunidades de estudo, a penetração dos meios de comunicação de massa, e a difusão do sistema crediário, facilitando o acesso ao consumo para jovens das classes populares (Mische,1997:143).

Segundo Diógenes,

O ilimitado pluralismo é a marca da geração cultural dos anos 80. Observa-se que a expansão de uma cultura “global” na sociedade de consumo parece unificar-se. Existiria uma relação entre o crescimento do consumismo e os meios de ser e de se rebelar da cultura social de massa? A temática da juventude é um dos elementos fundamentais de uma “nova cultura”. A juventude é o ator, por excelência, da cultura de massa, ela “protagoniza” os espetáculos urbanos, “esteticiza” imagens, difundindo a versatilidade e a liberdades dos movimentos como um modo de ser moderno (Diógenes, 1998:100).

No final dos anos 80, A juventude de classe média parece ter se tornado ainda mais dispersa. Os jovens já não optam pelos movimentos sociais, como aconteceu durante a década de 70. Nas universidades, as articulações estudantis perdem força política e de participação, não tendo adesão dos universitários.

A partir da década de 1980, houve, de fato, um enfraquecimento da presença dos jovens no cenário político, comparado com a atuação nas décadas anteriores, quando tiveram um importante papel na luta pela democracia (Waiselfisz, 1988:109) .

É importante salientar que, paralelamente aos movimentos que surgiram nos anos 70 e 80, buscando a cidadania, pregando a igualdade, o diálogo, a explosão da cultura de massa, o acesso dos jovens ao mercado de trabalho, vemos também surgir e, aos poucos, proliferar os grupos que se organizam em torno de manifestações perversas que promovem a violência, a criminalidade e a intolerância. Zaluar (1997:20), tratando do aumento da violência no Brasil, afirma que a criminalidade, principalmente o assalto e o homicídio, começa a crescer rapidamente no final da década de 70.

A violência está por todos os cantos, na família, na escola, nas favelas, nas ruas, mas ainda se conserva a imagem da classe média que se resguarda dos escândalos, impedindo que sua vida privada venha a público.

4.1.4 – Dos anos 90 ao ano de 2003: Desmobilização da juventude

Nos anos 90, a sociedade brasileira parece foi marcada ainda mais pela desarticulação e pelo descrédito na política, o que gerou uma indiferença frente à participação nos

movimentos de cidadania. Em relação à juventude, não se vê um movimento que dê sustentação de grupos, à maneira dos movimentos estudantis e dos movimentos sociais. No ano de 1992, com o *impeachment* do então presidente Fernando Collor, quando os jovens se uniram ao conjunto da sociedade brasileira numa corrente contra a corrupção e a favor da ética, poder-se-ia esperar que houvesse um revigoramento da participação política. O que se percebeu depois da queda do governo Collor, todavia, foi justamente a confirmação da descontinuidade da participação política, por parte da juventude. Os jovens que pintaram o rosto com as cores nacionais e saíram às ruas em todo o país, protestando, não mantiveram seu interesse pela organização política. A manifestação dos “caras pintadas”, num dos momentos históricos mais relevantes do país, foi episódica, “momento de euforia coletiva sem articulação sólida de sustentação, ou como forma organizativa mais permanente e de interferência histórica nos percursos subsequentes” (Souza, 1999: 53).

Após o *impeachment*, criou-se uma expectativa em torno da volta da juventude ao cenário político, de maneira organizada. Foram feitas comparações nostálgicas com a década de 60 (de políticos de direita e de esquerda e de órgãos de imprensa). José Dirceu, e militante estudantil em 1968 e hoje Ministro da Casa Civil, comentou:

Em sintonia com a juventude, jogando um papel importante nas mobilizações a favor do *impeachment*, o movimento estudantil pode se organizar e assumir seu papel político institucional (“Folha de São Paulo, 15/08/92” , *apud* Mische, 1997:137).

Viu-se o mesmo entusiasmo na fala de Lindenbergh Farias, então presidente da UNE e militante do PCB, na época, e que se tornou símbolo da mobilização pelo *impeachment*. Para ele

(...) É uma juventude politizada, eles foram os primeiros a ir às ruas e defender o *impeachment*. Essa é uma bandeira extremamente política. A politização dessa juventude se dá no processo, nas ruas, querendo participar. Aí é que se aprende a resgatar os valores democráticos (“Folha de São Paulo, 31/08/92” , *apud* Mische, 1997:137).

De outro lado, aos discursos de direita interessava minimizar a importância da organização juvenil e o despertar de um engajamento político, apontando as manifestações pelo *impeachment* como um acontecimento isolado. O coronel Erasmo Dias, ex-secretário de segurança pública de São Paulo (que comandou uma violenta invasão da PUC em SP em 1977, na qual dois mil estudantes foram presos), referindo-se aos grupos de esquerda que se consideravam articuladores da organização dos jovens, declarou: “Esses grupos, de cuja

proibidade eu duvido, já não têm força para organizar o que quer que seja” (“Folha de São Paulo, 24/08/92”, *apud* Mische, 1997:137).

A revista “Veja” enfatizou a falta de experiência política e o caráter apertado dos jovens que marcharam na Avenida Paulista.

Na verdade, a quase totalidade dos estudantes que tomaram a Paulista não pertencia a nenhum partido político e jamais participou de uma reunião política na vida. Eles marcharam, e continuarão marchando, porque simplesmente não aceitam que seu país seja assaltado impunemente por corruptos (“Veja”, 9/9/92, *apud* Mische, 1997:137).

Os anos seguintes demonstram que não houve continuidade da organização juvenil, como foi esperado pelos partidos de esquerda, pelos movimentos sociais e estudantis. Os jovens voltaram à dispersão e concentraram-se nos grupos do *shopping*, no local de trabalho, nas galeras ou no movimento estudantil, que continuou sem poder de mobilização.

Nas considerações feitas sobre o ato político de 1992, não se quer negar o valor e a importância da mobilização dos jovens em torno do *impeachment*. O nosso interesse em trazer à tona e discutir esse acontecimento tem como finalidade compreender a juventude dentro de um contexto histórico que, ao mesmo tempo em que serviu de base para uma mobilização política, não foi propício a uma organização efetiva dos jovens em torno dos problemas sociais e políticos do Brasil. Ao entender essa descontinuidade, podemos compreender não apenas o interesse ou desinteresse político dos jovens, mas outros tipos de interesses que os congregavam e organizavam. De alguma forma, essas novas formas de organização os preenchem e fazem sentido para eles, sejam elas um grupo religioso, um grupo de *funk*, ou de *hip hop*, ou as das mais diversas galeras.

Essas novas manifestações juvenis dos anos 80 e 90, embora sem o conteúdo político dos movimentos estudantis da década de 60, demonstram a insatisfação dos jovens, com relação à sociedade contemporânea, o que os leva a se expressar de modos distintos (Waiselfisz, 1988:158).

Esse desinteresse dos jovens por assuntos políticos e sociais é um fenômeno que se vê em toda a América Latina. Um estudo sobre a juventude latino-americana, em 1991, realizado pela agência McCann Erickson, em que foram entrevistados 6 mil jovens, já constatava o desinteresse dos jovens em relação às questões políticas e sociais. A pesquisa chegou à conclusão de que os jovens

não têm uma atitude de envolvimento em questões sociais e políticas, porque não vêem espaço para participar; o individualismo, a valorização da família e a carreira profissional são seus objetivos de vida; encaram a modernidade como avanço na questões de controle da natalidade, por exemplo, mas são conservadores, no que diz respeito à liberdade sexual, enfatizando valores tradicionais como o amor (Souza, 1999: 54).

Em contraste com seus pais, que queriam mudar o mundo, a próxima geração está interessada em melhorar a própria vida... Os jovens de hoje não se interessam por qualquer tipo de manifestação social. Vivem para resolver seus próprios projetos pessoais (Mische, 1997:135).

Uma pesquisa realizada pela UNESCO em todo o território nacional e publicada pelo jornal “Estado de Minas” (31/07/2002), nas vésperas da eleição de 2002 para Presidente do Brasil, com jovens entre 16 e 17 anos de idade com direito ao voto, confirma os resultados da pesquisa anterior realizada pela agência McCann Erickson. Foram ouvidos 5.280 jovens em todo o Brasil. Observou-se que 41,3% dos pesquisados não participam das eleições de governantes, porque acham que ainda não têm idade para votar; 21,9% não participam porque não gostam de política. Dos adolescentes entrevistados, apenas 36,8% têm o título eleitoral e 3,4 % participam das eleições, votando, fazendo campanha para o candidato da sua preferência, enquanto 20,1% participam das eleições apenas votando. Essa mesma pesquisa observou que 95% dos jovens vêem a família como a instituição mais importante da sociedade, a escola vem em 2º lugar, com 93%, e a Igreja em 3º, com 80%. Os partidos políticos só têm importância para 43% dos entrevistados. Quanto ao lazer, 53% responderam que o melhor é ir à casa dos amigos.

Tanto a pesquisa da agência de publicidade McCann Erikson, realizada em 1991, quanto a pesquisa publicada pelo “Estado de Minas” levam-nos a constatar que os interesses dos jovens da nova geração não estão voltados para organizações sociais e políticas, mas direcionados para valores que lhes dão retorno imediato.

Mesmo que os jovens destaquem e considerem a família e a escola como instituições importantes, sabemos que elas não têm mais o controle social que tinham em décadas anteriores. As famílias estão dispersas e hoje parece haver um receio de se imporem limites. “Se você impõe, você passa a ser um carrasco; se você abre, você começa a sentir que a sua autoridade, o seu respeito, caíram pelo ralo” (Waiselfisz, 1988: 84).

Zaluar (1997), tratando das relações familiares e vicinais em um estudo sobre a realidade da periferia do Rio de Janeiro, aponta o processo de globalização na divisão familiar.

O processo de globalização de cultura, efetivado pela difusão rápida na indústria cultural de novos estilos de cultura jovem, transformou os jovens parcialmente em consumidores de produtos especialmente fabricados para eles, sejam vestimentas, sejam estilos musicais, sejam drogas ilegais. A família não vai mais junta ao samba, o funk não junta gerações diferentes no mesmo espaço; o tio traficante gostaria de expulsar da favela o sobrinho do outro comando ou da polícia e do Exército; a avó negra e mãe de santo não pode freqüentar a casa dos seus filhos e netos pentecostais porque estaria carregada pelo demo (...) A família está perdida. (...) A classe social está partida, as organizações vicinais estão paralisadas e esvaziou-se o movimento social (...). Mais ainda, o processo civilizador foi interrompido e envolveu (Zaluar,1997:38.).

O que Zaluar nos mostra, em relação às favelas da cidade do Rio, acontece de forma semelhante nas realidades que “concentram” a classe média. Percebemos claramente o esfacelamento da família, devido ao choque de gerações e a posturas divergentes em relação à moral, à religiosidade, à sexualidade. Há pais que não aceitam os corpos tatuados e marcados por *piercings* dos filhos. Outros discordam do gosto musical e das roupas que os filhos usam. Muitos reprovam as amizades ligadas às galeras violentas e suspeitas de uso de drogas.

A escola, mesmo sendo um espaço em que o limite ainda é imposto, perde seu poder de controle, na medida em que se vê sozinha, sem respaldo das instituições familiares e das instituições públicas. Ato violento contra a escola e professores têm mostrado a fragilidade dessa entidade educacional.

4.1.5 – A identidade dos jovens dos anos 60 e dos anos 90 e 2000

Segundo Mische (1997), o acesso à universidade foi determinante na organização dos jovens dos anos 60 e lhes deu uma identidade estudantil. A partir da insatisfação com o ensino superior, o movimento estudantil se estabeleceu como aglutinador das aspirações dos jovens e alargou o campo de suas relações. Das suas lutas, a princípio, pela melhoria do ensino nas universidades, se constrói uma ponte, como vimos acima, que liga esse movimento, fortalecendo-o, a organizações como a esquerda marxista, as organizações católicas e os movimentos juvenis que ocorriam em várias partes do mundo. Mesmo relacionando-se com esses diferentes segmentos e aprendendo com a interlocução de diferentes atores, o movimento estudantil não perdeu a sua identidade; pelo contrário, nos primeiros anos da ditadura, as universidades foram os um dos espaços mais resistentes ao poder militar. As manifestações de massa e o embate com a polícia, tendo os jovens à frente, fortaleciam ainda mais a identidade dos estudantes, a partir do projeto comum que perseguiram, que era a transformação social. Em 1968, vemos acirrar um confronto político entre o Estado e a oposição estudantil. Como podemos ver, houve um contexto que permitiu o fortalecimento da identidade dos estudantes. .

Os contextos interpessoais, ideológicos e políticos dos anos 60, vividos principalmente pelos jovens universitários, carregaram a identidade de “estudante” com significados múltiplos, capazes de ligar uma variedade de projetos em formação. A atualização dessa identidade e sua capacidade de cristalizar um “estilo geracional” emergente não eram inerentes à posição familiar, classe ou geração dos estudantes, mas dependiam dos processos de aprendizagem social que ocorriam em vários círculos de reconhecimento”, através de redes (Mische,1997:143).

Vimos que, na década de 60, os jovens foram influenciados pelos movimentos sociais e políticos, pela ideologia marxista, pelo ingresso na universidade. Isso lhes permitiu, a partir de um espaço comum, que era a universidade, se mobilizarem, terem uma causa comum pela qual lutar, o que reforçou neles a identidade de estudantes lutando por ideais políticos e sociais.

Na década de 90 e nos anos 2000, os jovens parecem não se sentirem atraídos pela mobilização política. Não há mais, principalmente como nos anos 60, a sedução das grandes utopias, nem mesmo projetos globais idealizados pelos movimentos estudantis, relativos a uma mudança estrutural para o país, que compreenda a educação, a implementação de uma cultura nacional, o fim das desigualdades sociais. Eles também não estão atraídos em massa pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais e urbanos, que movimentaram o cenário político do País nas décadas de 70 e 80. Os anos 90 são pois marcados por vazios de mobilização política por parte dos jovens. Há neles um descrédito nas instituições políticas, como o Congresso Nacional, e nas organizações civis, como os sindicatos. O que atrai os jovens dos anos 90 são os valores de uma cultura globalizada que privilegia o consumo, o bem descartável, o prazer. Os últimos lançamentos de livros, de músicas, da moda, têm os seus dias contados, bastando que surjam outras novidades para serem consumidas.

Em relação aos anos 90, as redes interpessoais e organizacionais, nas quais os jovens se encontram, são dispersas, não funcionam como referenciais unificadores, o que não favorece sua unidade em torno de um mesmo ideal. A geração dos anos 90 tem a sua formação determinada por redes diversificadas: as escolas públicas e particulares, os lugares de trabalho, os *shopping centers*, os clubes noturnos, os bairros, ruas e outros espaços de lazer, cultura e sociabilidade. A família não exerce mais um papel estruturador na vida dos jovens. O confronto com o poder público não tem como finalidade a luta por um ideal social ou político, e sim a transgressão de normas e a violência contra o patrimônio público. Não existe um ideal palpável pelo qual valha a pena lutar.

Diante da realidade atual - carência de controle familiar e da escola, apelos do mundo globalizado que não satisfazem os indivíduos - os jovens tendem a buscar nos diferentes grupos uma forma de se regularem afetivamente, de encontrar o afeto que não recebem na

família, de desobedecerem a normas e de possuírem uma nova identidade que o grupo lhes pode conferir. Esses grupos são diversificados, vão desde as organizações religiosas até as gangues violentas.

Mische (1997), fazendo uma comparação entre as décadas de 60 e 90, viu nos jovens dos anos 60 a identidade de estudante e nos jovens dos anos 90 a identidade de cidadão.

A diversificação de redes sociais, ao mesmo tempo em que pressiona e influencia os jovens, permite-lhes optar entre as diversas formas de organização: política, sindical, esportiva, estudantil etc. Diante de diferentes possibilidades, Mische utiliza a categoria de “cidadão” como aquela que caracteriza o jovem dos anos 90. Segundo a autora, um exemplo dessa “cidadania” foi a mobilização dos “caras pintadas” que ajudaram a derrubar o presidente Collor. “Os jovens estavam participando – pelo menos em teoria – não como radicais ou conservadores, socialistas ou liberais, membros de grupos políticos, ou até como “estudantes”, mas como cidadãos em formação”. (Mische, 1997:136). Não houve qualquer perseguição a esses jovens e nem um confronto com o poder do Estado. Ao contrário, policiais escoltavam a passeata, que ocorreu sem confronto e violência. Depois do *impeachment*, os jovens voltaram aos seus grupos: escola, lazer, esporte, movimento estudantil, galeras. Mas algo de sua identidade, como cidadãos, se manifestou, por ocasião do *impeachment*. Comparando a identidade de estudante e a identidade de cidadão, Mische afirma:

A categoria de “estudante” não tem a multivalência necessária para servir como um prisma para a diversidade de projetos-em-formação dos jovens dos anos 90. Daí a necessidade de uma identidade mais abrangente (e ambígua), evidente no universalismo formal de “cidadão” (Mische 1997:140).

A categoria de cidadania, utilizada para definir a identidade dos jovens dos anos 90, abre-nos uma chave de leitura para compreendermos os jovens dos anos 2000. Ao mesmo tempo em que a identidade de cidadão os insere num campo vasto de luta por direitos sociais, políticos e de organização, que são pertinentes a todo cidadão, nega-lhes uma identidade unívoca, como aconteceu na década de 60. Por isso, ao tratarmos a juventude como cidadã, é necessário ter claro que estamos nos referindo aos jovens dos centros urbanos ou do meio rural, os que estão na periferia ou nos bairros de luxo, aqueles que estão nas escolas particulares ou nas escolas públicas, fazem parte de galeras do teatro, da música, de movimentos estudantis, de partidos políticos.

O fato de não haver uma militância política contínua ou algo que caracterize os jovens, na atualidade, não quer dizer que eles não se organizem através de ações sociais.

Os estudos mais recentes sobre nossa juventude caracterizam-na como apática, individualista e hedonista. Segundo Abramo (1977), esses estudos, porém, não reconhecem a articulação dos jovens em torno de ações coletivas que ocorrem fora do âmbito da política, como há na área do lazer, da cultura, e como expressão de identidades étnicas e territoriais (Waiselfisz, 1988:110).

Weiselfisz atenta para o fato de que, nas últimas décadas, a cultura juvenil teve maior visibilidade e adotou comportamentos diferentes, a partir das transformações ocorridas na sociedade.

Essa cultura não é, entretanto, homogênea, variando de acordo com a situação de classe, e mesmo dentro desta não se pode estabelecer que todos os jovens tenham um mesmo tipo de comportamento. Considera-se que a cultura juvenil apresenta ambivalências: de um lado, aceita princípios da sociedade de consumo e seus valores; ao mesmo tempo, tende a ser contra. As manifestações contrárias não assumem características de protestos políticos organizados, mas se manifestam de outras formas. Não há um único tipo de jovem. Os jovens de periferia apresentam descontentamento por sua exclusão social agravada, circunstancialmente de forma violenta, buscam reconhecimento e valorização como cidadãos. (...) Alguns estudos sugerem que os jovens de classe média vivenciam uma espécie de exclusão existencial e de processos identitários. Buscam afirmar-se por meio da contestação “sem causa” dos valores tradicionais, recebidos nos vários níveis da sociedade, o que pode vir a gerar violência (Weiselfisz, 1998: 159).

Na definição dos jovens dos anos 90, tratada por Mische (1997), não consta que as organizações juvenis como as galeras, que se destacam pelo uso da violência física, estão inseridas na identidade de cidadania. Já Waiselfisz (1998) identifica na violência circunstancial dos jovens da periferia uma busca de reconhecimento de cidadania, e na contestação dos jovens de classe média, contra os valores tradicionais recebidos, uma forma de auto-afirmação. As perspectivas desses autores são diferentes. Mische trata da cidadania tendo como ponto de partida a mobilização social. Waiselfisz vê nas manifestações dos jovens, que, em algumas circunstâncias, utilizam-se das ações violentas, uma forma de se posicionarem frente a uma realidade que consideram adversa, como a exclusão social e a exclusão existencial. Nesse contexto, os jovens podem usar violência como uma forma de protesto e gritar contra a injustiça que os oprime e reprime.

Podemos considerar como uma evidência que as galeras que se unem em torno da violência, do uso de droga, que se confrontam nas ruas com grupos rivais e estão na classe média, objeto de estudo desta dissertação, não estão inseridas na categoria de cidadania, apontada por Mische. Também não consideramos suas manifestações como uma busca de reconhecimento da cidadania ou ainda como uma contestação aos valores tradicionais da sociedade, como apregoou Waiselfisz. Essas organizações juvenis não almejam e não têm influência no cenário político social. Suas características estão mais ligadas à definição de

regiões morais elaborada por Park (1987), uma vez que se agregam de acordo com seus interesses, seus gostos, seus temperamentos e colocam-se à margem de interesses coletivos. São grupos marcados pela instabilidade e excentricidade. Não seriam capazes de se engajar nos movimentos de jovens que se preocupam com questões religiosas, políticas e sociais. Cremos até que nem mesmo um movimento político, como o do impeachment, em 1992, os levaria a se mobilizarem junto com outros grupos, pois suas preocupações estão mais ligadas aos interesses do gueto do qual fazem parte.

4.2 - Região moral

O conceito de *região moral* nos fornece elementos para um estudo da formação de grupos excêntricos que vivem nos grandes centros urbanos.

A população tende a se agregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. Ex.: indivíduos que buscam a mesma forma de divertimento. (Park, 1987:64)

A (ir)racionalidade de alguns grupos da cidade está relacionada principalmente à instabilidade que a sociedade gera. Fazer parte desses grupos implica sentir-se parte de algo maior que a individualidade, ser mais forte, protegido. Os membros de uma região moral são aqueles que, na sua grande maioria, moram geograficamente afastados dos bairros de classe média e alta e estão também distanciados social e economicamente da população que habita esses bairros. Nesse sentido, a região moral de Park está relacionada à *zona intersticial* tratada por Thrasher (*apud* Coulon, 1995). Ou seja, a região moral funciona como um território social, e as pessoas que dela fazem parte são reconhecidas como pertencentes a um grupo e não mais a um espaço geográfico. O indivíduo, nesse caso, se destacará no meio urbano, mais pelo espaço social que ocupa (região moral) do que pelo espaço geográfico.

Vemos, em vários cantos das cidades contemporâneas, diferentes regiões morais tais como: grupos de menores infratores que circulam no tumultuado centro da cidade; grupos de mendigos que passam a vida ao relento, em filas de hospitais; grupos de homossexuais e prostitutas que à noite tomam posse de certas ruas da cidade grande; gangues que se formam nos bairros pobres e invadem os centros ricos da cidade, traficam drogas, cometem homicídios. A cidade distancia os indivíduos da relação primária pela dinâmica da sua nova forma de socialização, mas, ao mesmo tempo, os une em diferentes tipos de “regiões morais” que vão desde as organizações de gangues nas periferias pobres até as galeras violentas das zonas consideradas nobres da cidade. Nesse sentido, podemos incluir as galeras violentas

formadas por jovens de classe média como um grupo que se enquadra no conceito de região moral elaborado por Park. Esses grupos tornam-se regiões morais, na medida em que se tornam excêntricos, não seguindo os padrões sociais de conduta, não tendo um vínculo com o bairro ou vizinhança e nem se classificando como uma organização aceita pela sociedade. Têm um compromisso de lealdade apenas com os membros de seu grupo, cujos interesses se tornam mais fortes do que os interesses pessoais. E o grupo faz parte do cenário construído da cidade. Como regiões morais, as galeras de classe média ocupam o mesmo *status* das galeras violentas de jovens das periferias pobres. O que os diferencia é o espaço geográfico de origem: os primeiros situam-se nos bairros de luxo, nas proximidades do comércio, dos escritórios e dos bancos; os segundos estão deslocados dessa realidade, morando na periferia.

Ter uma visão do funcionamento e das contradições geradas pelas relações políticas, sociais e econômicas dos grandes centros urbanos nos possibilita entender as manifestações violentas dos jovens de classe média. Em uma sociedade em que os valores de família e de vizinhança são trocados pelos valores individuais, em que as instituições de controle social não exercem influência sobre os indivíduos, em que as instituições sociais e políticas perderam sua credibilidade e não exercem também o seu poder de coerção com eficiência, e o mercado, juntamente com o poder aquisitivo, dita a maneira de proceder das pessoas, não se pode estranhar que os jovens, sem referências éticas ou afetivas, procurem organizações nas quais se sintam acolhidos, reconhecidos, fortificados, mesmo que, essas organizações sejam grupos violentos.

4.3 – Reflexão ética e moral

A violência, segundo Taille, está ligada à falta de ética e moral, na conduta dos indivíduos. O autor refere-se à ética como aspiração que o indivíduo tem, com relação ao futuro, à possibilidade de realizar projetos. A moral está relacionada à disciplina e aos limites impostos aos indivíduos. “A falta de disciplina em relação aos afetos e também a falta de projetos de vida assolam um número considerável de pessoas, entre elas os jovens, fato que explica, em parte, a escalada da violência” (Taille,2002:21).

A concepção de Taille sobre ética e norma não segue rigorosamente a definição filosófica. Para a Filosofia, a ética (do grego “*ethikós*, costume”) é uma disciplina que estuda o comportamento humano sob o ponto de vista das noções de bem e de mal, de justo e de injusto. Tem como objetivos:

elaborar princípios de vida capazes de orientar o homem para uma ação correta. (...) Refletir sobre os sistemas morais elaborados pelos homens.(...) A norma moral é uma regra de conduta que tem como base a consciência moral das pessoas ou de um grupo social (Cotrim, 1993:212 e 223).

Segundo Ladrière,

os princípios fundamentais, constitutivos da ética, apresentam no nível do que é exprimível, a exigência interna que habita e, num certo sentido, define a vontade livre, a exigência de autonomia ou ainda a postulação teleológica de um universo de liberdade. No fundo, esses princípios traduzem a condição de liberdade realizada, vale dizer, a lei de autonomia e seu corolário, a reciprocidade das consciências. Quanto às normas particulares, tentam exprimir a maneira como se projeta a exigência da vontade humana livre, em seus diversos tipos de situação com os quais têm consciência por experiência, de poder ser confrontada (Ladrière, 1979: 140).

A ação ética do homem baseia-se numa norma implícita que visa ao bem comum, respeita a liberdade do outro e está de acordo com a consciência de cada indivíduo. Todo agir ético tem uma dimensão universal. “O homem deve agir de forma que o princípio de sua ação possa ser válido para todos e em todos os momentos” (Herrero,1991:23). A moral está mais relacionada à objetividade da norma, refere-se à lei explícita, a regras estabelecidas que orientam os homens na vivência comunitária. A norma moral indica limites estabelecidos por uma determinada coletividade. O homem que se baseia na ética está de acordo com as normas da coletividade. No entanto não precisaria destas para agir corretamente, uma vez que a ética precede a norma:

A lei se impõe a todo ser de razão e se impõe de maneira incondicional. Daí ser o homem responsável por todos os seus atos. Assim como não se entende a lei sem a liberdade, da mesma forma toda ação dessa liberdade está sob a lei, isto é, toda ação é imputável (Herrero,1991:23).

4.3.1 – Falta de limite e de utopia

O vazio, a falta de opção, as indefinições dos limites, a ausência de canal de participação político, a descrença na autoridade e na lei têm certamente efeito na vivência dos jovens e parecem muitas vezes, impulsioná-los para a prática coletiva da violência (Waiselfisz,1998: 39).

Nas constituições familiares, vê-se muitas vezes a falta de limites dos pais, em relação aos filhos e à sua impunidade. Por não estarem presentes afetiva e efetivamente, os pais tendem a relativizar as ações anti-éticas dos filhos, ou compensar a falta de afeto com presentes materiais, negociando a própria incompetência, fechando os olhos para atos de indisciplina. Nas escolas, vê-se uma permissividade que também não ajuda os jovens a ter a

noção de limite. Nos grandes centros urbanos, vemos o fortalecimento do poder paralelo dos traficantes que desafia a polícia e impõe o toque de recolher, fechando o comércio e estabelecimentos públicos, como se pode ver nos jornais quase diariamente. Na ausência de um “poder comum” suficientemente forte, capaz de equilibrar as relações, vê-se proliferarem as ações violentas e criminosas.

Por outro lado, uma alternativa hoje bastante diluída seria o sonho, a utopia, a firme confiança no futuro. A falta de perspectiva profissional, o desemprego, a desconfiança num projeto político-social capaz de executar políticas eficazes, o desestímulo e as dificuldades dos indivíduos para envolverem-se em ações cidadãs e cívicas, desvia-os de caminhos que podem promover a paz social, em detrimento da violência.

Tanto os jovens moradores das periferias pobres, quanto os jovens de classe média e média alta, sofrem pela carência de norma e de utopia. No entanto, os jovens de condições sociais inferiores têm um outro agravante que é a carência material. Mas esse agravante, mesmo contribuindo para a delinqüência, pois deixa esses jovens mais vulneráveis à tentação de ingressarem em grupos violentos, não é o fator preponderante e nem uma causa isolada da violência. Afinal, muitos jovens moradores da periferia, mesmo passando por todas as privações, não entram no mundo da criminalidade.

Segundo Takeuti, a vida marginalizada dos jovens pobres – a indiferença social e o desprezo, o sofrimento no corpo, as marcas da violência social, a exclusão do emprego - tornam esses jovens desconfiados com o futuro e perplexos com o momento presente marcado por dissabores e para se protegerem das violências sociais, necessitam desenvolver certos mecanismos de sobrevivência (Takeuti, 2001:4).

Mas se os jovens de classe média têm suas necessidades materiais supridas, por que se envolvem com ações violentas? Assim como os jovens de periferia, os jovens de classe média também se sentem desconfiados em relação ao futuro, perplexos com o momento presente e sentem a crise de valores.

A transgressão contra a sociedade se inscreve na necessidade, por parte do sujeito em atuação, de restabelecer o controle proveniente do exterior, de busca de um suprimento ambiental para a regulação da emoção” (Takeuti, 2001:4).

Takeuti, assim como Taille (2002) acredita que a falta de projetos de vida abre uma porta para a violência. A impunidade, por outro lado, reforça a idéia de que é vantajoso transgredir as normas.

Frente ao vazio deixado pela carência de princípios éticos e mesmo morais, e pela falta de perspectiva de futuro, os grupos violentos surgem como um espaço fértil de aglutinação para os jovens, promovendo um tipo fechado de regulação emocional e social, através de uma solidariedade interna que se volta de forma violenta contra outros grupos ou contra seu meio social.

Conclusão

Como vimos neste trabalho, não há uma relação causal absoluta entre violência e pobreza, mesmo que alguns estudos, já contestados por recentes pesquisas, apontem a pobreza como uma das causas da violência. Pesquisas que tratam da violência entre os jovens de classe média mostram um outro lado da violência juvenil ainda pouco pesquisado. Daí podermos constatar que o crescimento dos agrupamentos juvenis nos grandes centros urbanos, que se destacam pelo “espetáculo da violência”, é independente de classe social.

A partir do paralelo traçado entre as décadas de 60 e os anos 90 e 2000, podemos concluir que os jovens, na atualidade, de maneira geral, não se destacam pela militância política e poucos estão inseridos em movimentos sociais. No entanto, não deixam de se “mostrar” ou se afirmar na sociedade por outras formas, às vezes levemente politizadas, através de galeras que se manifestam pela música de protesto, pelo teatro e os trabalhos solidários. Outras vezes, no entanto, através das galeras que irrompem no cenário e chamam atenção para si por meio da violência.

Constatamos que os jovens das galeras violentas de classe média, ao mesmo tempo em que ferem os limites implícitos da boa convivência e das leis que regulam as relações sociais, quando estão com o grupo do qual fazem parte, criam laços afetivos, seguem regras exigentes, são respeitosos e leais com os outros membros. Os grupos violentos funcionam como aglutinadores, permitem o estabelecimento de novas relações, criam redes de sociabilidade.

As galeras violentas de classe média estão inseridas no que Park (1987) chamou de “regiões morais”: territórios sociais formados de acordo com os interesses das pessoas. Os jovens agregam-se a partir de gostos e temperamentos comuns e colocam-se à margem dos comportamentos e padrões estabelecidos pela sociedade. Nesse sentido podemos dizer que há uma “positividade” (Diógenes, 1998) uma vez que, esse agrupamento, suscita uma espécie de “solidariedade” (Araújo, 1993), mesmo que perversa e fechada, entre os membros do grupo.

Baseado em Taille, podemos dizer que a clareza das normas e a sua cobrança, bem como as punições, caso as regras não sejam cumpridas, regulam os jovens nas suas ações e os fazem avaliar seus atos. Mas não são as exigências das normas estabelecidas que inibem a violência. Sabemos que é necessário, também, uma educação para as ações éticas.

Portanto, concluímos que o surgimento das galeras violentas não pode se explicado apenas pelo viés da condição social, e as galeras de classe média estão aí para prová-lo. Também não se pode atribuir ao fator juventude a eclosão desses grupos, pois há inúmeros grupos de jovens voltados para ações de cidadania. Assim, acreditamos que o fenômeno só

pode ser compreendido quando analisamos a complexidade do contexto social e político, as redes sociais que influenciam as ações dos jovens, o processo de construção da identidade e a crise nos valores éticos e morais que permeia as sociedades, nos dias de hoje.

O conteúdo desta dissertação pretende abrir mais um espaço de discussão sobre a violência juvenil de classe média, ainda pouco explorada. E pode também servir como material de discussão entre pais, educadores e órgãos públicos, perplexos frente à violência que envolve os jovens, independentemente de sua condição social.

Referência Bibliográfica

- ARAÚJO, José Newton Garcia. (1993), *Os destinos da Solidariedade*. Texto didático inédito.
- ARAÚJO, José Newton Garcia. (1994), *A violência fundamental e a pulsão de dominação*. Texto didático inédito.
- ARAÚJO, José Newton Garcia. (1999), *O que é isso, as “relações humanas?”*. Texto didático, inédito, 1999.
- ARAÚJO, José Newton Garcia (2002), “Psicanálise e vínculo Social” in L.R Marzagão (org), *Psicanálise e Universidade – temas contemporâneos*, Belo Horizonte, A.S. Passos.
- ARAÚJO, José Newton Garcia. (2002), “Quais caminhos para qual paz?” In: Educação para a paz Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Educação.
- ARENDDT, Hannah. (1985), *Da Violência*. Tradução de Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília, Ed. Universidade de Brasília.
- ARENDDT, Hannah..(1991), *A Condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- BARRETO, Adalberto. (1997), “A sedução das gangues”. *Revista Mundo Jovem*, 5, 377: 2.
- BECKER, Howard. (1996) “A Escola de Chicago: Conferência”. *Mana, Estudos de Antropologia Social*, 2, 2: 3-15.
- BECKER, Howard (1999), *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Hucitec.
- BERGERET, J. (1984), *La violence fondamentale*. Paris, Dunot.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. (1986), *Dicionário de Política*. Tradução de Luís Guerreiro Pinto. Brasília, Universidade de Brasília.
- BOSCHI, R. R. (org.) (1982), *Violência e cidade*, Rio de Janeiro, Zahar.
- BOUDON, Raymon e BOURRICAUD, François. (1993), *Dicionário Crítico de Sociologia*. Tradução de Regis da Castro Andrade. São Paulo, Ática.
- BOTTOMORE, T. (1988), *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução de Antonio Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro, Zahar.
- CADERNO CERIS. (2001). Rio de Janeiro, Lúcia Pedrosa. n.1, abr.
- CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. (2001), “Sutilezas da Violência”. *Educação e*

- Pesquisa*, 27, 1. São Paulo.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. (2000), “Juventude: as identidades são múltiplas. *Movimento – Revista de Educação da Universidade Federal Fluminense*. 1, 1.
- CANAU, Vera Maria. (1999), *Escola e Violência*. Rio de Janeiro, DP&A.
- CASTELLS, Manuel. (2000), *A Sociedade em Rede*. Tradução de Roneide Venâncio Gerhardt. São Paulo. Paz e Terra.
- CAVALLI, Alessandro. (1986), “Classe”, in N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino (orgs.), *Dicionário de Política*, Brasília, UNB.
- COTRIM, Gilberto. (1993), *Fundamentos da Filosofia*. São Paulo, Saraiva.
- COULON, Alain. (1995), *A Escola de Chicago*. Tradução de Tomás R. Bueno. Campinas – São Paulo. Papyrus, 1995.
- DAMACENA, Andréa e ARNAUD, Edy. (2001), “Violência no Brasil: Representação de um Mosaico”. *Cadernos CERIS*, 1, 1: 8-31.
- DIAS, Eliane Terezinha Dal Mas. (2001), *Adolescência: entre o passado e o futuro, a experiência*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, datilo.
- DINIZ, Marly. (1987), *Pichadores de Muro: A sub Cultura do “Spray”*. Tese de Mestrado. IUPERJ Rio de Janeiro, datilo.
- DIÓGENES, Glória. (1998), *Cartografias da Cultura e da Violência: Gangue, Galeras e o Movimento Hip Hop*. São Paulo, Annablume.
- DIÓGENES, Glória. (1999), “Grupos identitários e fragmentação social: A violência como marca”, in J.V.T Santos (org.), *Violência contemporânea de Globalização*, São Paulo, HUEITEC.
- ERIKSON, Erik H. (1987), *Identidade, juventude e crise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Guanabara.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda.(1986), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FREUD, Sigmund. (1915), *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. Rio de Janeiro, Imago, vol.XXI
- FREUD, Sigmund. (1932), *Por que a guerra?* Rio de Janeiro, Imago.
- FREUD, Sigmund. (1974), *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud. Vol.XXI. Rio de Janeiro, Imago.
- GUARESCHI, Pedrinho A. (1995), *Sociologia da Prática Social*. Petrópolis, Vozes.
- GUIMARÃES, Heloisa. (1998), *Escola Galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro, UFRJ.

- HOBBS, T. (1982), “Le Citoyen ou les fondements de la politique”. Tradução francesa de Samuel Sorbière. Paris, GF- Flammarion.
- HOBBS, T. (1979), *Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástica e Civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza Silva. Col. os Pensadores, 2ª edição, São Paulo, Abril.
- HOLLANDA, Heloisa B.de. (1987), *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo, Brasiliense.
- JANKOWSKI, Martín Sánchez. (1997), “As Gangues e a Estrutura da Sociedade Norte-Americana.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 34: 25-37.
- JORNAL CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 27 de out. de 2002.
- JORNAL ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 27 de jan. de 2002. Caderno 1.
- JORNAL ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 14 de out. de 2002. Caderno 1.
- JORNAL ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 31 de jul. de 2000 .
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 15 de ago. de 1992
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 24 de ago. de 1992
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 31 de ago. de 1992
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 21 de janeiro de 2000.
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 11 de nov. de 2001. Caderno A, p. 15.
- HERRERO, Javier Francisco. (1991), *Religião e História em Kant*. Petrópolis, Vozes.
- KOWARIC, Lúcio. (1982), “Violência: Reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo”,.in R.R Boschi (org), *Violência e Cidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LADRIÈRE, Jean. (1979), *Os desafios da racionalidade*. Tradução de Hilton Japiassu. Petrópolis, Vozes.
- LEFEVBRE, Henri. (1969), *O direito à cidade*. Tradução de T.C. Neto.São Paulo, Documento.
- LEON, Roberto Briceno. (1999), “O apoio dos cidadãos à ação extrajudicial da polícia no Brasil, em El Salvador e na Venezuela”, in D. C. Pandolfi, J. M. de Carvalho, L. P. Carneiro e M.Grynszpan (Orgs), *Cidadania Justiça e Violência*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- MANCE, Euclides André. (2003), “As Redes de colaboração Solidária”. *Revista Mundo Jovem*, 5, 337: 3-4.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1999), *Fala Galera*. Rio de Janeiro, Garamond.

- MISCHE, Ann. (1997), De Estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política. Juventude e Contemporaneidade”. *Revista Brasileira de Educação*, 5,3: 134-150.
- OLSON, Mancur. (1999), *A Lógica da Ação Coletiva*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo, Edusp.
- OLIVEN, George Ruben. (1989), *Violência e Cultura no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- OLIVEN, George Ruben (1982), “As vítimas da violência no Brasil” in R. R. Boschi (org.), *Violência e cidade*, Rio de Janeiro, Zahar.
- OUTHWAITE, William e BOTMMORE, Tom. (1996), *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PAIXÃO, Antonio Luiz. (1982), “Crimes e Criminosos em Belo Horizonte” in R. R. Boschi (org.), *Violência e cidade*, Rio de Janeiro, Zahar.
- PARK. Robert Ezra. (1987), “A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio Urbano”, in V. O. Guilherme (Org.), *“O Fenômeno Urbano”*, Rio de Janeiro, Guanabara.
- PUTNAM, Roberto D. (1996), *Comunidade e democracia*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim, Rio de Janeiro, FGV.
- PÁTIO. REVISTA PEDAGÓGICA. 2002. Porto Alegre: Artmed n. 21, mai/jul.
- PRADO, Ceres Leite. (2002), *“Intercâmbio Cultural Como Práticas Educativas em Famílias de Classe Média”*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, UFMG.
- REVISTA EDUCAÇÃO E PESQUISA. (2001). São Paulo, ANPED,27,1.
- REVISTA ÉPOCA. (2002), Rio de Janeiro: Globo. n. 238, dez..
- REVISTA MUNDO JOVEM. (1997). Porto Alegre: PUCRS , 5, 377: 2.
- REVISTA MUNDO JOVEM. (2003). Porto Alegre: PUCRS. V.12, n. 5, jun.
- REVISTA TEMPO BRASILEIRO. (1998). Rio de Janeiro: Colégio do Brasil. n.95, out-dez.
- REVISTA VEJA. 1997. São Paulo: abril, n. 17, abr.
- SANTOS, Boaventura. (1994), *Pela Mão de Alice. O social e o Político na Pós Modernidade*. Porto, Afrontamento.
- SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. (1999), *Reinvenções da Utopia. A militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo, Hacker.
- SILVA, T. T. (org.). (2000) *Identidade e diferença*, Petrópolis. Vozes.
- TAILLE, Yves. (2002), “Dimensões Psicológicas da violência”. *Pátio*. n. 21, mai./jul.

- TAKEUTI, Norma.(2001) *Violência Juvenil e Gozo*. Rio Grande do Norte, UFRN.
- VELHO, Gilberto. (1998). ‘Memória, Identidade e Projeto’. Ver. Tempo Brasileiro. n. 95, out/dez.
- VELHO, Gilberto. (2002). “O desafio da violência”. *Coojournal – Revista Rio Total*. n, 272, ago.
- VELHO, Otávio Guilherme (org.). (1987) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- VIANNA, Hermano. (1997), *Galeras Cariocas - territórios de conflito e encontros culturais*. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. (1998), *Juventude, Violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo, Cortez.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. (2000). *Mapa da Violência II. Os jovens do Brasil*. Brasília, UNESCO, 2000.
- WEBER, Max. (1999), *Economia e sociedade*. Vol.,2. Tradução de Régis Barbosa. Brasília, UNB.
- WIRTH, Louis. (1987), “O Urbanismo como Modo de Vida”, in G.Velho e O Guilherme (Orgs.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara,1987.
- WOODWARD, Kathryn. (2000), “Identidade e Diferença: uma introdução teórica e Conceitual”, in T. T. Silva (org.), *Identidade e diferença*, Petrópolis. Vozes. 2000.
- ZALUAR, Alba.(1994), *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- ZALUAR, Alba. (1997), Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e Violência”, in H. Vianna (org.), *Galeras Cariocas, territórios de Conflito e encontros culturais*. Rio de Janeiro, UFRJ.

ANEXO

Pesquisa de campo

Roteiro para questionário e entrevistas

TEMA: Galeras violentas de classe média

1 – Informações do entrevistado:

a) Idade: _____

b) Bairro onde mora: _____

c) Escolaridade :

() 8ª série do Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Ensino Superior

Questionário:

1- Você faz (ou fez) parte de alguma galera? Conte sua experiência como participante de uma galera.

2- Quantas pessoas fazem parte do seu grupo?

3- Sua galera, alguma vez, foi provocada por um outra? Qual foi a reação do seu grupo?

- 4- Como se dá a relação de poder dentro do seu grupo?
- 5 - Por que os jovens fazem parte de uma galera?
- 6- Os jovens de galeras fazem parte de alguma academia de artes marciais – jiu-jitsu, por exemplo? Frequentam academias de musculação? Por quê?
- 7- Por que os jovens das galeras se envolvem em brigas?
- 8- Qual a participação das meninas nas galeras?
- 9- Quais são os principais motivos da violência e de brigas entre os jovens de galeras rivais?